



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas
da AES Brasil Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de março de 2021 sem modificação.

São Paulo, 03 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Índice

Dados da Empresa

| | |
|-----------------------|---|
| Composição do Capital | 1 |
|-----------------------|---|

DFs Individuais

| | |
|---------------------------|---|
| Balanço Patrimonial Ativo | 2 |
|---------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|---|
| Balanço Patrimonial Passivo | 3 |
|-----------------------------|---|

| | |
|---------------------------|---|
| Demonstração do Resultado | 4 |
|---------------------------|---|

| | |
|--------------------------------------|---|
| Demonstração do Resultado Abrangente | 5 |
|--------------------------------------|---|

| | |
|--------------------------------|---|
| Demonstração do Fluxo de Caixa | 6 |
|--------------------------------|---|

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | |
|--------------------------------|---|
| DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021 | 7 |
|--------------------------------|---|

| | |
|----------------------------------|---|
| Demonstração do Valor Adicionado | 8 |
|----------------------------------|---|

DFs Consolidadas

| | |
|---------------------------|---|
| Balanço Patrimonial Ativo | 9 |
|---------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|----|
| Balanço Patrimonial Passivo | 10 |
|-----------------------------|----|

| | |
|---------------------------|----|
| Demonstração do Resultado | 12 |
|---------------------------|----|

| | |
|--------------------------------------|----|
| Demonstração do Resultado Abrangente | 13 |
|--------------------------------------|----|

| | |
|--------------------------------|----|
| Demonstração do Fluxo de Caixa | 14 |
|--------------------------------|----|

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | |
|--------------------------------|----|
| DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021 | 15 |
|--------------------------------|----|

| | |
|----------------------------------|----|
| Demonstração do Valor Adicionado | 16 |
|----------------------------------|----|

| | |
|--------------------------|----|
| Comentário do Desempenho | 17 |
|--------------------------|----|

| | |
|--------------------|----|
| Notas Explicativas | 21 |
|--------------------|----|

Pareceres e Declarações

| | |
|-------------------------------|----|
| Relatório da Revisão Especial | 93 |
|-------------------------------|----|

| | |
|---|----|
| Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras | 95 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente | 96 |
|--|----|

Dados da Empresa / Composição do Capital

| Número de Ações (Unidades) | Trimestre Atual 30/06/2021 |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Do Capital Integralizado | |
| Ordinárias | 399.106.517 |
| Preferenciais | 3 |
| Total | 399.106.520 |
| Em Tesouraria | |
| Ordinárias | 0 |
| Preferenciais | 0 |
| Total | 0 |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/06/2021 | Exercício Anterior 31/12/2020 |
|------------------------|--|---------------------------------------|--|
| 1 | Ativo Total | 1.797.463 | 1 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 2.402 | 1 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.402 | 1 |
| 1.01.01.01 | Caixa e Equivalente de Caixa | 2.402 | 1 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 1.795.061 | 0 |
| 1.02.02 | Investimentos | 1.795.061 | 0 |
| 1.02.02.01 | Participações Societárias | 1.795.061 | 0 |
| 1.02.02.01.03 | Participações em Controladas em Conjunto | 1.795.061 | 0 |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/06/2021 | Exercício Anterior 31/12/2020 |
|------------------------|---|---------------------------------------|--|
| 2 | Passivo Total | 1.797.463 | 1 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 355 | 0 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 21 | 0 |
| 2.01.02.01 | Fornecedores Nacionais | 21 | 0 |
| 2.01.03 | Obrigações Fiscais | 15 | 0 |
| 2.01.03.01 | Obrigações Fiscais Federais | 15 | 0 |
| 2.01.03.01.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar | 2 | 0 |
| 2.01.03.01.02 | Outros Tributos a Pagar | 13 | 0 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 319 | 0 |
| 2.01.05.02 | Outros | 319 | 0 |
| 2.01.05.02.01 | Dividendos e JCP a Pagar | 59 | 0 |
| 2.01.05.02.04 | Outras Obrigações | 260 | 0 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido | 1.797.108 | 1 |
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 1.000.001 | 1 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | 339.351 | 0 |
| 2.03.02.07 | Incorporação de Ações da AES Tietê | 377.727 | 0 |
| 2.03.02.08 | Efeito Reflexo Sobre Compra de Ações da AES Brasil Operações S.A | -38.376 | 0 |
| 2.03.04 | Reservas de Lucros | 547.218 | 0 |
| 2.03.04.10 | Reservas de Investimentos | 547.218 | 0 |
| 2.03.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | 51.504 | 0 |
| 2.03.08 | Outros Resultados Abrangentes | -140.966 | 0 |
| 2.03.08.01 | Incorporação de ações da AES Tietê | -119.824 | 0 |
| 2.03.08.02 | Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos | -28.307 | 0 |
| 2.03.08.03 | Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas | 7.165 | 0 |

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021 | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021 | Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020 |
|------------------------|--|--|---|--|--|
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | 23.194 | 23.194 | 0 | 0 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -877 | -996 | 0 | 0 |
| 3.04.02.01 | Despesas Gerais e Administrativas | -877 | -996 | 0 | 0 |
| 3.04.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 35 | 0 | 0 |
| 3.04.04.01 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 35 | 0 | 0 |
| 3.04.05 | Outras Despesas Operacionais | -84 | 0 | 0 | 0 |
| 3.04.06 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 24.155 | 24.155 | 0 | 0 |
| 3.04.06.01 | Resultado de equivalência patrimonial | 24.155 | 24.155 | 0 | 0 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | 23.194 | 23.194 | 0 | 0 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | 3 | 3 | 0 | 0 |
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | 5 | 5 | 0 | 0 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -2 | -2 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | 23.197 | 23.197 | 0 | 0 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | 23.197 | 23.197 | 0 | 0 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo do Período | 23.197 | 23.197 | 0 | 0 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | | | |
| 3.99.01 | Lucro Básico por Ação | | | | |
| 3.99.01.01 | ON | 0,11249 | 0,11249 | 0,00000 | 0,00000 |

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021 | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021 | Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020 |
|------------------------|--|--|---|--|--|
| 4.01 | Lucro Líquido do Período | 23.197 | 23.197 | 26.570 | 26.570 |
| 4.02 | Outros Resultados Abrangentes | -140.966 | -140.966 | -140.966 | -140.966 |
| 4.02.01 | Incorporação de ações da AES Tietê Energia | -119.824 | -119.824 | -119.824 | -119.824 |
| 4.02.02 | Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada | 7.165 | 7.165 | 7.165 | 7.165 |
| 4.02.03 | Realização de ajuste de avaliação patrimonial | -28.307 | -28.307 | -28.307 | -28.307 |
| 4.03 | Resultado Abrangente do Período | -117.769 | -117.769 | -114.396 | -114.396 |

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020 |
|------------------------|--|---|--|
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | 70.394 | 0 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | -957 | 0 |
| 6.01.01.01 | Lucro líquido do exercício | 23.197 | 0 |
| 6.01.01.02 | Resultado de equivalência patrimonial | -24.154 | 0 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | 71.351 | 0 |
| 6.01.02.01 | Variação de ativos e passivos operacionais | 71.351 | 0 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | -67.993 | 0 |
| 6.03.01 | Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | -67.993 | 0 |
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | 2.401 | 0 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 1 | 0 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 2.402 | 0 |

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|------------------------|---|-------------------------------------|---|--------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 5.04 | Transações de Capital com os Sócios | 1.000.000 | 339.351 | 547.218 | 0 | -112.659 | 1.773.910 |
| 5.04.08 | Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.165 | 7.165 |
| 5.04.09 | Remuneração com base em ações | 0 | 124 | 0 | 0 | 0 | 124 |
| 5.04.10 | Dividendos propostos | 0 | 0 | -67.993 | 0 | 0 | -67.993 |
| 5.04.12 | Incorporação de ações da AES Tietê Energia | 1.000.000 | 377.602 | 615.211 | 0 | -119.824 | 1.872.989 |
| 5.04.13 | Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A. | 0 | -38.375 | 0 | 0 | 0 | -38.375 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 23.197 | 0 | 23.197 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 23.197 | 0 | 23.197 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | 0 | 28.307 | -28.307 | 0 |
| 5.06.04 | Realização de ajuste de avaliação patrimonial | 0 | 0 | 0 | 28.307 | -28.307 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 1.000.001 | 339.351 | 547.218 | 51.504 | -140.966 | 1.797.108 |

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020 |
|------------------------|--|---|--|
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -962 | 0 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -996 | 0 |
| 7.02.04 | Outros | 34 | 0 |
| 7.02.04.02 | Outros Custos Operacionais | 34 | 0 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | -962 | 0 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | -962 | 0 |
| 7.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | 24.161 | 0 |
| 7.06.03 | Outros | 24.161 | 0 |
| 7.06.03.01 | Equivalência patrimonial | 24.155 | 0 |
| 7.06.03.02 | Receitas financeiras | 6 | 0 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | 23.199 | 0 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | 23.199 | 0 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 2 | 0 |
| 7.08.03.01 | Juros | 2 | 0 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | 23.197 | 0 |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período | 23.197 | 0 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/06/2021 | Exercício Anterior 31/12/2020 |
|------------------------|---|---------------------------------------|--|
| 1 | Ativo Total | 10.257.203 | 0 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 1.464.717 | 0 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 106.802 | 0 |
| 1.01.02 | Aplicações Financeiras | 946.688 | 0 |
| 1.01.02.01 | Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado | 946.688 | 0 |
| 1.01.02.01.03 | Investimento de Curto Prazo | 946.688 | 0 |
| 1.01.03 | Contas a Receber | 242.172 | 0 |
| 1.01.03.01 | Clientes | 242.172 | 0 |
| 1.01.03.01.01 | Contas a Receber de Clientes | 242.172 | 0 |
| 1.01.06 | Tributos a Recuperar | 64.216 | 0 |
| 1.01.06.01 | Tributos Correntes a Recuperar | 64.216 | 0 |
| 1.01.06.01.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar | 62.547 | 0 |
| 1.01.06.01.02 | Outros Tributos a Recuperar | 1.669 | 0 |
| 1.01.08 | Outros Ativos Circulantes | 104.839 | 0 |
| 1.01.08.03 | Outros | 104.839 | 0 |
| 1.01.08.03.01 | Cauções e Depósitos Vinculados | 6.874 | 0 |
| 1.01.08.03.02 | Outros Ativos | 97.965 | 0 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 8.792.486 | 0 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 280.193 | 0 |
| 1.02.01.07 | Tributos Diferidos | 16.228 | 0 |
| 1.02.01.07.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 16.228 | 0 |
| 1.02.01.10 | Outros Ativos Não Circulantes | 263.965 | 0 |
| 1.02.01.10.03 | Cauções e depósitos Vinculados | 223.693 | 0 |
| 1.02.01.10.04 | Outros Ativos | 40.272 | 0 |
| 1.02.02 | Investimentos | 74.644 | 0 |
| 1.02.02.01 | Participações Societárias | 74.644 | 0 |
| 1.02.02.01.04 | Participações em Controladas em Conjunto | 74.644 | 0 |
| 1.02.03 | Imobilizado | 6.900.698 | 0 |
| 1.02.03.01 | Imobilizado em Operação | 6.333.937 | 0 |
| 1.02.03.01.03 | Imobilizado em Serviço | 6.331.838 | 0 |
| 1.02.03.01.04 | Imóveis Destinados a Uso Futuro | 2.099 | 0 |
| 1.02.03.02 | Direito de Uso em Arrendamento | 97.032 | 0 |
| 1.02.03.02.01 | Direito de Uso de Terreno Arrendado | 88.518 | 0 |
| 1.02.03.02.02 | Direito de Uso de Edificações Arrendadas | 8.514 | 0 |
| 1.02.03.03 | Imobilizado em Andamento | 469.729 | 0 |
| 1.02.04 | Intangível | 1.536.951 | 0 |
| 1.02.04.01 | Intangíveis | 1.536.951 | 0 |
| 1.02.04.01.03 | Uso do Bem Público | 23.166 | 0 |
| 1.02.04.01.04 | Extensão de Concessão | 940.589 | 0 |
| 1.02.04.01.05 | Software e Outros Intangíveis | 53.536 | 0 |
| 1.02.04.01.06 | Intangível na Aquisição de Investimento | 519.660 | 0 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/06/2021 | Exercício Anterior 31/12/2020 |
|------------------------|---|---------------------------------------|--|
| 2 | Passivo Total | 10.257.203 | 0 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.084.822 | 0 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 196.047 | 0 |
| 2.01.02.01 | Fornecedores Nacionais | 196.047 | 0 |
| 2.01.02.01.01 | Fornecedores | 196.047 | 0 |
| 2.01.03 | Obrigações Fiscais | 75.521 | 0 |
| 2.01.03.01 | Obrigações Fiscais Federais | 75.521 | 0 |
| 2.01.03.01.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar | 49.182 | 0 |
| 2.01.03.01.02 | Outros Tributos a Pagar | 26.339 | 0 |
| 2.01.04 | Empréstimos e Financiamentos | 557.396 | 0 |
| 2.01.04.01 | Empréstimos e Financiamentos | 59.961 | 0 |
| 2.01.04.01.01 | Em Moeda Nacional | 56.364 | 0 |
| 2.01.04.01.02 | Em Moeda Estrangeira | 3.597 | 0 |
| 2.01.04.02 | Debêntures | 497.435 | 0 |
| 2.01.04.02.01 | Debêntures | 477.153 | 0 |
| 2.01.04.02.02 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 20.282 | 0 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 250.332 | 0 |
| 2.01.05.02 | Outros | 250.332 | 0 |
| 2.01.05.02.01 | Dividendos e JCP a Pagar | 900 | 0 |
| 2.01.05.02.04 | Encargos Setoriais | 12.797 | 0 |
| 2.01.05.02.05 | Obrigações de Aquisições | 39.755 | 0 |
| 2.01.05.02.06 | Outras Obrigações | 41.699 | 0 |
| 2.01.05.02.07 | Conta de ressarcimento | 155.181 | 0 |
| 2.01.06 | Provisões | 5.526 | 0 |
| 2.01.06.01 | Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis | 5.526 | 0 |
| 2.01.06.01.05 | Provisões para processos judiciais e outros | 5.526 | 0 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 6.555.127 | 0 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 5.243.878 | 0 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 1.744.370 | 0 |
| 2.02.01.01.01 | Em Moeda Nacional | 487.985 | 0 |
| 2.02.01.01.02 | Em Moeda Estrangeira | 1.256.385 | 0 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 3.499.508 | 0 |
| 2.02.01.02.01 | Debêntures | 3.499.508 | 0 |
| 2.02.02 | Outras Obrigações | 717.933 | 0 |
| 2.02.02.02 | Outros | 717.933 | 0 |
| 2.02.02.02.03 | Passivo de Arrendamento | 102.547 | 0 |
| 2.02.02.02.04 | Obrigações de pós Emprego | 136.664 | 0 |
| 2.02.02.02.05 | Obrigações de Aquisições e Outras Obrigações | 212.076 | 0 |
| 2.02.02.02.06 | Encargos Setoriais | 8.429 | 0 |
| 2.02.02.02.07 | Conta de ressarcimento | 70.695 | 0 |
| 2.02.02.02.08 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 187.522 | 0 |
| 2.02.03 | Tributos Diferidos | 511.595 | 0 |
| 2.02.03.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 511.595 | 0 |
| 2.02.03.01.01 | Tributos Diferidos | 511.595 | 0 |
| 2.02.04 | Provisões | 81.721 | 0 |
| 2.02.04.01 | Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis | 81.721 | 0 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/06/2021 | Exercício Anterior 31/12/2020 |
|------------------------|---|---------------------------------------|--|
| 2.02.04.01.05 | Provisões para Processos Judiciais e Outros | 81.721 | 0 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido Consolidado | 2.617.254 | 0 |
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 1.000.001 | 0 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | 339.351 | 0 |
| 2.03.02.07 | Incorporação de Ações da AES Tietê | 377.727 | 0 |
| 2.03.02.08 | Efeito reflexo sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A. | -38.376 | 0 |
| 2.03.04 | Reservas de Lucros | 547.218 | 0 |
| 2.03.04.10 | Reserva de Investimentos | 547.218 | 0 |
| 2.03.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | 51.504 | 0 |
| 2.03.08 | Outros Resultados Abrangentes | -140.966 | 0 |
| 2.03.08.01 | Incorporação de Ações da AES Tietê | -119.824 | 0 |
| 2.03.08.02 | Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas | -28.307 | 0 |
| 2.03.08.03 | Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas | 7.165 | 0 |
| 2.03.09 | Participação dos Acionistas Não Controladores | 820.146 | 0 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021 | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021 | Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020 |
|------------------------|--|--|---|--|--|
| 3.01 | Receita de Venda de Bens e/ou Serviços | 561.421 | 561.421 | 0 | 0 |
| 3.02 | Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos | -378.438 | -378.438 | 0 | 0 |
| 3.03 | Resultado Bruto | 182.983 | 182.983 | 0 | 0 |
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | -46.305 | -46.305 | 0 | 0 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -55.341 | -55.341 | 0 | 0 |
| 3.04.04 | Outras Receitas Operacionais | 8.714 | 8.714 | 0 | 0 |
| 3.04.06 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 322 | 322 | 0 | 0 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | 136.678 | 136.678 | 0 | 0 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | -116.809 | -116.809 | 0 | 0 |
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | 14.477 | 14.477 | 0 | 0 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -131.286 | -131.286 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | 19.869 | 19.869 | 0 | 0 |
| 3.08 | Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | 6.701 | 6.701 | 0 | 0 |
| 3.08.01 | Corrente | -15.026 | -15.026 | 0 | 0 |
| 3.08.02 | Diferido | 21.727 | 21.727 | 0 | 0 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | 26.570 | 26.570 | 0 | 0 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo Consolidado do Período | 26.570 | 26.570 | 0 | 0 |
| 3.11.01 | Atribuído a Sócios da Empresa Controladora | 23.197 | 23.197 | 0 | 0 |
| 3.11.02 | Atribuído a Sócios Não Controladores | 3.373 | 3.373 | 0 | 0 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | | | |
| 3.99.01 | Lucro Básico por Ação | | | | |
| 3.99.01.01 | ON | 0,11249 | 0,11249 | 0,00000 | 0,00000 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021 | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021 | Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020 |
|------------------------|--|--|---|--|--|
| 4.01 | Lucro Líquido Consolidado do Período | 26.570 | 26.570 | 0 | 0 |
| 4.02 | Outros Resultados Abrangentes | -140.966 | -140.966 | 0 | 0 |
| 4.02.01 | Incorporação de ações da AES Tietê Energia | -119.824 | -119.824 | 0 | 0 |
| 4.02.02 | Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada | 7.165 | 7.165 | 0 | 0 |
| 4.02.03 | Realização de ajuste de avaliação patrimonial | -28.307 | -28.307 | 0 | 0 |
| 4.03 | Resultado Abrangente Consolidado do Período | -114.396 | -114.396 | 0 | 0 |
| 4.03.01 | Atribuído a Sócios da Empresa Controladora | -114.396 | -114.396 | 0 | 0 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020 |
|------------------------|---|---|--|
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | 254.273 | 0 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | 145.019 | 0 |
| 6.01.01.01 | Lucro líquido do exercício | 23.197 | 0 |
| 6.01.01.02 | Depreciação e amortização | 122.047 | 0 |
| 6.01.01.03 | Variação monetária e cambial | -79.875 | 0 |
| 6.01.01.04 | Provisão para processos judiciais e outros | 688 | 0 |
| 6.01.01.05 | Marcação a mercado de derivativos | 6.280 | 0 |
| 6.01.01.06 | Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados | 98.568 | 0 |
| 6.01.01.07 | Juros sobre passivo de arrendamento | 2.439 | 0 |
| 6.01.01.08 | Provisão para obrigações com entidade de previdência privada | 2.625 | 0 |
| 6.01.01.09 | Receita aplicação financeira em investimento curto prazo | -6.332 | 0 |
| 6.01.01.10 | Baixa de bens do ativo | -2.692 | 0 |
| 6.01.01.11 | Resultado de equivalência patrimonial | -322 | 0 |
| 6.01.01.12 | Tributos e contribuições sociais diferidos | -21.727 | 0 |
| 6.01.01.13 | Ações e opções de ações outorgadas | 123 | 0 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | 298.556 | 0 |
| 6.01.02.01 | Variação de ativos e passivos operacionais | 298.556 | 0 |
| 6.01.03 | Outros | -189.302 | 0 |
| 6.01.03.02 | Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados | -54.298 | 0 |
| 6.01.03.03 | Pagamento de imposto de renda e contribuição social | -36.431 | 0 |
| 6.01.03.04 | Pagamento de processos judiciais e outros | -76 | 0 |
| 6.01.03.05 | Juros resgatados de investimentos de curto prazo | 5.021 | 0 |
| 6.01.03.06 | (Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo | -103.518 | 0 |
| 6.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | 68.672 | 0 |
| 6.02.01 | Aquisições de ativo imobilizado e intangível | -300.750 | 0 |
| 6.02.02 | Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto | -14.000 | 0 |
| 6.02.03 | Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas | -720.488 | 0 |
| 6.02.04 | Redução de participação acionária, líquido do caixa das empresas desconsolidadas | 817.503 | 0 |
| 6.02.05 | Liquidação de instrumento derivativo - NDF | -5.336 | 0 |
| 6.02.06 | (Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados | -61.836 | 0 |
| 6.02.07 | Venda de controlada | 67.459 | 0 |
| 6.02.08 | Caixa advindo de incorporação de controlada | 286.120 | 0 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | -721.017 | 0 |
| 6.03.01 | Pagamento de empréstimos e debêntures (principal) | -543.112 | 0 |
| 6.03.02 | Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | -177.438 | 0 |
| 6.03.03 | Pagamento de passivo de arrendamento (principal) | -101 | 0 |
| 6.03.04 | Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios) | -366 | 0 |
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | -398.072 | 0 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 504.874 | 0 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 106.802 | 0 |

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido | Participação dos Não Controladores | Patrimônio Líquido Consolidado |
|-----------------|---|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 5.04 | Transações de Capital com os Sócios | 1.000.000 | 339.351 | 547.218 | 0 | -119.824 | 1.766.745 | 816.773 | 2.583.518 |
| 5.04.01 | Aumentos de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 816.773 | 816.773 |
| 5.04.08 | Remuneração com base em ações | 0 | 124 | 0 | 0 | 0 | 124 | 0 | 124 |
| 5.04.09 | Dividendos propostos | 0 | 0 | -67.993 | 0 | 0 | -67.993 | 0 | -67.993 |
| 5.04.10 | Incorporação de ações da AES Tietê Energia | 1.000.000 | 377.602 | 615.211 | 0 | -119.824 | 1.872.989 | 0 | 1.872.989 |
| 5.04.11 | Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A. | 0 | -38.375 | 0 | 0 | 0 | -38.375 | 0 | -38.375 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 23.197 | 7.165 | 30.362 | 3.373 | 33.735 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 23.197 | 0 | 23.197 | 3.373 | 26.570 |
| 5.05.02 | Outros Resultados Abrangentes | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.165 | 7.165 | 0 | 7.165 |
| 5.05.02.06 | Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.165 | 7.165 | 0 | 7.165 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | 0 | 28.307 | -28.307 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.04 | Realização de ajuste de avaliação patrimonial | 0 | 0 | 0 | 28.307 | -28.307 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 1.000.001 | 339.351 | 547.218 | 51.504 | -140.966 | 1.797.108 | 820.146 | 2.617.254 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020 |
|------------------------|--|---|--|
| 7.01 | Receitas | 814.732 | 0 |
| 7.01.01 | Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços | 625.046 | 0 |
| 7.01.02 | Outras Receitas | 189.686 | 0 |
| 7.01.02.01 | Outras receitas operacionais | 8.375 | 0 |
| 7.01.02.02 | Receitas relativas à construção de ativos próprios | 181.311 | 0 |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -445.126 | 0 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -209.447 | 0 |
| 7.02.04 | Outros | -235.679 | 0 |
| 7.02.04.01 | Serviços de Terceiros | -22.791 | 0 |
| 7.02.04.02 | Custo da energia comprada e transmissão | -217.677 | 0 |
| 7.02.04.03 | Outros custos operacionais | 4.789 | 0 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | 369.606 | 0 |
| 7.04 | Retenções | -118.399 | 0 |
| 7.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão | -118.399 | 0 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | 251.207 | 0 |
| 7.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | 15.570 | 0 |
| 7.06.01 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 322 | 0 |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras | 15.248 | 0 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | 266.777 | 0 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | 266.777 | 0 |
| 7.08.01 | Pessoal | 50.083 | 0 |
| 7.08.01.01 | Remuneração Direta | 25.658 | 0 |
| 7.08.01.03 | F.G.T.S. | 1.776 | 0 |
| 7.08.01.04 | Outros | 22.649 | 0 |
| 7.08.01.04.01 | Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados | 7.100 | 0 |
| 7.08.01.04.02 | Previdência privada | 944 | 0 |
| 7.08.01.04.03 | Encargos setoriais | 14.605 | 0 |
| 7.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições | 61.611 | 0 |
| 7.08.02.01 | Federais | 50.833 | 0 |
| 7.08.02.02 | Estaduais | 10.712 | 0 |
| 7.08.02.03 | Municipais | 66 | 0 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 128.513 | 0 |
| 7.08.03.01 | Juros | 127.207 | 0 |
| 7.08.03.02 | Aluguéis | 1.306 | 0 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | 26.570 | 0 |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período | 23.197 | 0 |
| 7.08.04.04 | Part. Não Controladores nos Lucros Retidos | 3.373 | 0 |

1. Perfil

A AES Brasil Energia, é uma Companhia de capital aberto, se tornou controladora da AES Tietê por meio de incorporação reversa de ações, em 29 de março de 2021 e tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia e suas controladas tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 3,7 GW, sendo 2.658,3 MW hídrico, 731,6 MW eólico e 295,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em desenvolvimento parte de seu pipeline eólico, ainda em negociação, que poderá adicionar até 0,8 GW de capacidade instalada. Após a finalização dos projetos em desenvolvimento e pertencentes ao pipeline, o portfólio da Companhia contará com 4,5 GW de capacidade instalada.

Fonte Hídrica

O portfólio hidráulico da AES Tietê Energia é composto por nove usinas hidráulicas (“UHEs”) e três pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”).

Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Tietê Energia, controlada direta, concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da AES Tietê Energia, controlada direta. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, cujas obras foram iniciadas em fevereiro de 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a AES Tietê Energia, controlada direta, concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 30 de abril de 2021, a AES Tietê Energia, controlada direta concluiu a aquisição dos Complexos Eólicos MS e Santos. Os complexos estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possui 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializado por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Em 17 de fevereiro de 2021, a AES Tietê Energia assinou um PPA com a Minasligas para o fornecimento de 21 MWm pelo prazo de 20 anos a partir de 2023. No dia 25 do mesmo mês, a AES Brasil assinou um PPA com Ferbasa, para o fornecimento de 80 MWm a partir de 2024, também pelo prazo de 20 anos. Ambos os projetos serão supridos pelo Complexo Eólico Cajuína e o início de sua construção é esperado para 2021.

Em 24 de maio de 2021, a AES Tietê Energia concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MWm.

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 256MWm pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPVs com 201MWm em estágio avançado e 2 SPV com 55MWm, que estão em estágio intermediário.

Além disso, o grupo AES Brasil possui ~1,3 GW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda, incluindo 260,4 MW do Complexo Eólico Tucano e o acordo de compra de aproximadamente 1,0 GW remanescente



do projeto greenfield eólico no Rio Grande do Norte – Complexo Eólico Cajuína – assinado em março de 2020.

Fonte Solar

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

Em 11 de junho de 2021, foi executada a venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente alienação de 100% das quotas da controladas indiretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

1.1 Desempenho econômico-financeiro

Devido à reorganização ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imaterial os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Tietê para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado no Consolidado. Portanto, passou a aplicar o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021.

| Em milhares de reais | 2T21 | Var. R\$ | Var. % |
|--|----------------|----------------|---------------|
| Receita operacional bruta | 633.422 | 633.422 | 100,0% |
| Deduções da receita operacional bruta | (72.001) | (72.001) | 100,0% |
| Receita operacional líquida | 561.421 | 561.421 | 100,0% |
| Custo de produção e operação de energia | (377.386) | (377.386) | 100,0% |
| Lucro bruto | 184.035 | 184.035 | 100,0% |
| Despesas operacionais | (47.679) | (47.679) | 100,0% |
| Equivalência patrimonial | 322 | 322 | 100,0% |
| Resultado financeiro | (116.809) | (116.809) | 100,0% |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 19.869 | 19.869 | 100,0% |
| Tributos sobre o lucro | 6.701 | 6.701 | 100,0% |
| Lucro líquido do período | 26.570 | 26.570 | 100,0% |
| Atribuído a quotistas da empresa controladora | 23.197 | 23.197 | 100,0% |
| Atribuído a acionistas não controladores | 3.373 | 3.373 | 100,0% |

No período de 30 de junho de 2021, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$23.197. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram resultado da Companhia.

1.2 Receita operacional líquida

| | 2T21 | | GWh | R\$ |
|---------------------------------------|--------------|----------------|---------------|---------------|
| | GWh | R\$ | Var. % | Var. % |
| Contratos bilaterais | 3.249 | 454.525 | 100,0% | 100,0% |
| Mercado de curto prazo | | | | |
| SPOT | 18 | 2.083 | 100,0% | 100,0% |
| Outros | - | 14.574 | | 100,0% |
| Contratos de energia eólicos | 515 | 113.468 | 100,0% | 100,0% |
| Contratos de energia solares | 166 | 40.396 | 100,0% | 100,0% |
| Outras receitas | - | 8.376 | N/A | 100,0% |
| Receita Operacional Bruta | 3.948 | 633.422 | 100,0% | 100,0% |
| Deduções da receita operacional bruta | | (72.001) | | 100,0% |
| Receita Operacional Líquida | | 561.421 | | 100,0% |

Em milhares de reais - Consolidado

A movimentação da receita operacional líquida é explicada principalmente pelo:

- Receita proveniente da venda de contratos bilaterais no montante de R\$454.525, principalmente em função de novas vendas nesse período e, também, resultante atualização dos preços de contratos;
- Receita proveniente dos contratos de energia eólica e solar no montante de R\$153.864, houve impacto de entrada no resultado do grupo, a partir de 30 de abril de 2021, do Complexo Salinas e Mandacaru;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- A hidrologia adversa observada afetou a receita proveniente do mercado de curto prazo, assim não houve alocação de energia no MRE e receita proveniente do mercado de curto prazo, no montante de R\$2.083.

1.3 Custos e despesas operacionais

Os custos de produção e operação de energia somados aos custos operacionais e despesas gerais e administrativas no período findo em 30 de junho de 2021 apresentaram um montante de R\$425.065 sendo explicada principalmente por:

- depreciação e amortização no montante de R\$119.329, tendo, também, a adição do Complexo Eólico Salinas e Mandacaru no portfólio do resultado consolidado em 30 de abril de 2021;
- custo com energia comprada para revenda no montante de 156.152, ocasionado principalmente pela hidrologia adversa observada no período.



Resultado financeiro

No 2T21 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$116.809. Contribuiu para esse desempenho:

- Os encargos dos empréstimos, financiamentos e debentures do grupo impactaram o resultado num montante de 65.421;
- efeito negativo de R\$34.306 em função do aumento da atualização monetária sobre os empréstimos do grupo;
- efeito negativo de R\$17.734 função da não incorporação do AFAC ao capital social entre controlada indireta Nova Energia e a AES Tietê Energia, onde a AES Tietê Energia efetuou o recolhimento do IOF sobre contrato de mútuo.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | Controladora | | Consolidado |
|--|-------|------------------|------------|-------------------|
| | | 30.06.2021 | 31.12.2020 | 30.06.2021 |
| <u>ATIVO CIRCULANTE</u> | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 2.402 | 1 | 106.802 |
| Investimentos de curto prazo | 5 | – | – | 946.688 |
| Contas a receber de clientes | 6 | – | – | 242.172 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 7 | – | – | 62.547 |
| Outros tributos a recuperar | 7 | – | – | 1.669 |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | – | – | 6.874 |
| Outros ativos | 10 | – | – | 97.965 |
| TOTAL ATIVO CIRCULANTE | | 2.402 | 1 | 1.464.717 |
| <u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u> | | | | |
| Tributos diferidos | 8 | – | – | 16.228 |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | – | – | 223.693 |
| Outros ativos | 10 | – | – | 40.272 |
| Investimentos em controladas e joint ventures | 12 | 1.795.061 | – | 74.644 |
| Imobilizado, líquido | 13 | – | – | 6.900.698 |
| Intangível, líquido | 14 | – | – | 1.536.951 |
| TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 1.795.061 | – | 8.792.486 |
| TOTAL DO ATIVO | | 1.797.463 | 1 | 10.257.203 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | Controladora | | Consolidado |
|--|-------|------------------|------------|-------------------|
| | | 30.06.2021 | 31.12.2020 | 30.06.2021 |
| <u>PASSIVO CIRCULANTE</u> | | | | |
| Fornecedores | 15 | 21 | – | 196.047 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 17 | – | – | 537.114 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 16 | 2 | – | 49.182 |
| Outros tributos a pagar | 16 | 13 | – | 26.339 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | 59 | – | 900 |
| Provisões para processos judiciais e outros | 20 | – | – | 5.526 |
| Encargos setoriais | 21 | – | – | 12.797 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32.1 | – | – | 20.282 |
| Obrigações de aquisições | 22 | – | – | 39.755 |
| Conta de ressarcimento | 23 | – | – | 155.181 |
| Outras obrigações | 23 | 260 | – | 41.699 |
| TOTAL PASSIVO CIRCULANTE | | 355 | – | 1.084.822 |
| <u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u> | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 17 | – | – | 5.243.878 |
| Passivo de arrendamento | 18 | – | – | 102.547 |
| Tributos diferidos | 8 | – | – | 511.595 |
| Obrigações com benefícios pós-emprego | 19 | – | – | 136.664 |
| Provisões para processos judiciais e outros | 20 | – | – | 81.721 |
| Encargos setoriais | 21 | – | – | 8.429 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32.1 | – | – | 187.522 |
| Obrigações de aquisições | 22 | – | – | 88.120 |
| Conta de ressarcimento | 23 | – | – | 70.695 |
| Outras obrigações | 23 | – | – | 123.956 |
| TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | – | – | 6.555.127 |
| <u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | | | | |
| Capital social subscrito e integralizado | 24 | 1.000.001 | 1 | 1.000.001 |
| Reserva de capital | 24.1 | 339.351 | – | 339.351 |
| Reservas de lucros | 24.1 | 547.218 | – | 547.218 |
| Outros resultados abrangentes | 24.1 | (126.573) | – | (126.573) |
| Lucros acumulados | | 37.111 | – | 37.111 |
| Subtotal | | 1.797.108 | 1 | 1.797.108 |
| Participação de acionista não controlador | | | | 820.146 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.797.108 | 1 | 2.617.254 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.797.463 | 1 | 10.257.203 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Trimestre findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 |
| Receita líquida | 26 | – | – | 561.421 | 561.421 |
| Custo de produção e operação de energia | 27 | – | – | (378.438) | (378.438) |
| LUCRO BRUTO | | – | – | 182.983 | 182.983 |
| Gerais e administrativas | 28 | (877) | (996) | (55.341) | (55.341) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 29 | (84) | 35 | 8.714 | 8.714 |
| TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS | | (961) | (961) | (46.627) | (46.627) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 24.155 | 24.155 | 322 | 322 |
| RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS | | 23.194 | 23.194 | 136.678 | 136.678 |
| Receitas financeiras | 30 | 5 | 5 | 14.477 | 14.477 |
| Despesas financeiras | 30 | (2) | (2) | (131.286) | (131.286) |
| TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO | | 3 | 3 | (116.809) | (116.809) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 23.197 | 23.197 | 19.869 | 19.869 |
| Contribuição social | | – | – | (4.601) | (4.601) |
| Imposto de renda | | – | – | (10.425) | (10.425) |
| Contribuição social diferida | | – | – | 6.097 | 6.097 |
| Imposto de renda diferido | | – | – | 15.630 | 15.630 |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS | | – | – | 6.701 | 6.701 |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | | 23.197 | 23.197 | 26.570 | 26.570 |
| Atribuído a quotistas da empresa controladora | | | | 23.197 | 23.197 |
| Atribuído a acionistas não controladores | | | | 3.373 | 3.373 |
| Lucro por ação (em reais) | | | | | |
| Básico | | 0,11249 | 0,11249 | 0,11249 | 0,11249 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Período findo em 30 de junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 |
| Resultado do período | 23.197 | 23.197 | 26.570 | 26.570 |
| Outros resultados abrangentes | | | | |
| - Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro | | | | |
| Incorporação de ações da AES Tietê Energia | <u>(119.824)</u> | <u>(119.824)</u> | <u>(119.824)</u> | <u>(119.824)</u> |
| Efeito reflexo equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada | 7.165 | 7.165 | 7.165 | 7.165 |
| Efeito reflexo realização de ajuste de avaliação patrimonial | (28.307) | (28.307) | (28.307) | (28.307) |
| TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS | <u>(117.769)</u> | <u>(117.769)</u> | <u>(114.396)</u> | <u>(114.396)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Período findo em 30 de Junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| Descrição | Notas | Capital social | Reservas de capital | Reservas de Lucros | | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido | Participação de acionista não controlador | Total do patrimônio líquido |
|---|----------|------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|-------------------|-----------------------------|---|-----------------------------|
| | | | | Reserva de investimentos | Outros resultados abrangentes | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 1 | - | - | - | - | 1 | - | 1 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 23.197 | 23.197 | 3.373 | 26.570 |
| <u>Resultado abrangente total:</u> | | | | | | | | | |
| Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada | | - | - | - | 7.165 | - | 7.165 | - | 7.165 |
| <u>Transações com os acionistas:</u> | | | | | | | | | |
| Remuneração com base em ações | | - | 124 | - | - | - | 124 | - | 124 |
| Dividendos propostos | | - | - | (67.993) | - | - | (67.993) | - | (67.993) |
| Aumento de capital | 3 | - | - | - | - | - | - | 816.773 | 816.773 |
| <u>Efeitos da reorganização societária</u> | | | | | | | | | |
| Incorporação de ações da AES Tietê Energia | 2 | 1.000.000 | 377.602 | 615.211 | (119.824) | - | 1.872.989 | - | 1.872.989 |
| Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A. | 23.1 | - | (38.375) | - | - | - | (38.375) | - | (38.375) |
| <u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u> | | | | | | | | | |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial | | - | - | - | (13.914) | 13.914 | - | - | - |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | | 1.000.001 | 339.351 | 547.218 | (126.573) | 37.111 | 1.797.108 | 820.146 | 2.617.254 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Período findo em 30 de junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | Controladora | Consolidado |
|---|---------|----------------------------|----------------------------|
| | | 01.01.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 |
| Atividades operacionais: | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 23.197 | 23.197 |
| Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais: | | | |
| Depreciação e amortização | | — | 122.047 |
| Variação monetária e cambial | | — | (79.875) |
| Provisão para processos judiciais e outros | 20 | — | 688 |
| Marcação a mercado de derivativos | | — | 6.280 |
| Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados | 17 | — | 98.568 |
| Juros sobre passivo de arrendamento | 18 | — | 2.439 |
| Provisão para obrigações com entidade de previdência privada | 19 | — | 2.625 |
| Receita aplicação financeira em investimento curto prazo | | — | (6.332) |
| Baixa de bens do ativo | 13 | — | (2.692) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12 | (24.154) | (322) |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | 8 | — | (21.727) |
| Ações e opções de ações outorgadas | | — | 123 |
| Variação de ativos e passivos operacionais | | 71.352 | 298.556 |
| Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados | | — | (54.298) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | | — | (36.431) |
| Pagamento de processos judiciais e outros | 20 | — | (76) |
| Juros resgatados de investimentos de curto prazo | | — | 5.021 |
| (Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo | | — | (103.518) |
| Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais | | 70.394 | 254.273 |
| Atividades de investimentos: | | | |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível | 13 e 14 | — | (300.750) |
| Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto | 12 | — | (14.000) |
| Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas | | — | (720.488) |
| Emissão de ações preferenciais em subsidiárias | | — | 817.503 |
| Liquidação de instrumento derivativo - NDF | | — | (5.336) |
| (Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados | | — | (61.836) |
| Venda de controlada | | — | 67.459 |
| Caixa advindo de incorporação de controlada | | — | 286.120 |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos | | — | 68.672 |
| Atividades de financiamentos: | | | |
| Pagamento de empréstimos e debêntures (principal) | 17 | — | (543.112) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | | (67.993) | (177.438) |

Notas Explicativas

| | | | |
|---|----|---------------------|-----------------------|
| Pagamento de passivo de arrendamento (principal) | 18 | – | (101) |
| Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios) | 17 | – | (366) |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos | | (67.993) | (721.017) |
| | | | |
| <u>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</u> | | 2.402 | (398.072) |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | | 1 | 504.874 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | | <u>2.402</u> | <u>106.802</u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
30 de junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------|------------------|
| | 30.06.2021 | 30.06.2021 |
| 1. RECEITAS | — | 814.732 |
| Receita bruta de venda de energia | — | 625.046 |
| Outras receitas operacionais | — | 8.375 |
| Receitas relativas à construção de ativos próprios | — | 181.311 |
| 2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (962) | (445.126) |
| Materiais | — | (209.447) |
| Serviços de terceiros | (996) | (22.791) |
| Custo da energia comprada e transmissão | — | (217.677) |
| Outros custos operacionais | 34 | 4.789 |
| 3. VALOR ADICIONADO BRUTO | (962) | 369.606 |
| 4. RETENÇÕES | — | (118.399) |
| Depreciação e amortização | — | (118.399) |
| 5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | (962) | 251.207 |
| 6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 24.161 | 15.570 |
| Equivalência patrimonial | 24.155 | 322 |
| Receitas financeiras | 6 | 15.248 |
| 7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 23.199 | 266.777 |
| 8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 23.199 | 266.777 |
| Pessoal | — | 35.478 |
| Remuneração e encargos | — | 25.658 |
| Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados | — | 7.100 |
| Previdência privada | — | 944 |
| FGTS | — | 1.776 |
| Tributos (Governos) | — | 76.216 |
| Federais | — | 50.833 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | — | (6.702) |
| COFINS | — | 37.339 |
| PIS | — | 14.904 |
| INSS | — | 4.123 |
| Encargos sociais - Outros | — | 1.169 |
| Estaduais | — | 10.712 |
| ICMS | — | 10.721 |
| Outros | — | (9) |
| Municipais | — | 66 |
| IPTU | — | 62 |

Notas Explicativas

| | | |
|---|---------------|----------------|
| ISS | — | 4 |
| Encargos setoriais | — | 14.605 |
| Pesquisa e desenvolvimento | — | 4.121 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL | — | 3.023 |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | — | 7.461 |
| Remuneração de capital de terceiros | 2 | 128.513 |
| Juros | 2 | 127.207 |
| Aluguéis | — | 1.306 |
| Remuneração de capitais próprios | 23.197 | 26.570 |
| Lucros retidos | 23.197 | 23.197 |
| Participação de acionista não controlador | — | 3.373 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A (“Companhia”), anteriormente denominada AMETHYSTUS A007.20 PARTICIPAÇÕES S.A., é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia foi constituída em 20 de março de 2020 pelos acionistas Stigma Holdings Participações Ltda. e Kappa Holdings Participações Ltda., que em 14 de outubro de 2020, cederam e transferiram todas as ações da Companhia para a AES Tietê Energia S.A., por quem foi controlada diretamente até 31 de dezembro de 2020.

Em 29 de março de 2021, a Companhia se tornou controladora da AES Tietê por meio de incorporação reversa de ações, conforme detalhado na nota explicativa nº 2. A partir dessa data, a Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (“AES Corp”), sediada nos Estados Unidos da América.

Dados da controlada direta AES Tietê Energia

O início das operações da controlada direta AES Tietê Energia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente AES Tietê Energia S.A.) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A controlada direta AES Tietê Energia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da controlada direta AES Tietê Energia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029, assim como a concessão da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Adicionalmente, a controlada direta AES Tietê Energia possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Solar Guaimbê e Complexo Solar Ouroeste, composto pela Planta Solar Boa Hora e Planta Solar Água Vermelha.

Em 30 de junho de 2021, o percentual da energia assegurada vendida é conforme abaixo:

| Portfólio | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|---|------|------|------|------|------|
| Preço hídrico (R\$/MWh) | 148 | 166 | 170 | 162 | 157 |
| Preço eólico e solar (R\$/MWh) | 226 | 218 | 204 | 197 | 198 |
| Nível de contratação do portfólio consolidado | 83% | 85% | 88% | 70% | 53% |

As informações não foram revisadas pelos auditores independentes.

1.1 Complexo Eólico Cajuína

Em 18 de março de 2020, foram assinados dois contratos de exclusividade, válidos até agosto e novembro de 2020, para aquisição de até 1.100 MW de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield* localizados no Rio Grande do Norte, nas cidades de Lajes, Angicos, Pedro Avelino e Fernando Pedroza. Esta operação reforça a estratégia da Companhia com foco em energias renováveis e consolida um *pipeline* de projetos renováveis, incluindo o saldo remanescente do Projeto Tucano.

Em 25 de agosto de 2020, a controlada direta AES Tietê assinou o *Share Purchase Agreement* (SPA) para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MW. Em 24 de maio de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela controlada indireta Tucano Holding I.

Notas Explicativas



A transação não atendeu a definição de um negócio, conforme análise de concentração de ativos e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método relative fair value na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 24 de maio de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$118.900, parcialmente pago pela controlada indireta Tucano Holding I aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$29.700. O saldo remanescente, é de R\$89.100, registrado na rubrica de obrigações de aquisições, será pago em três parcelas anuais, com término em 31 de março de 2024, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$118.860 como investimento adquirido pela controlada indireta Tucano Holding I, sendo R\$3.665 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$115.195 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 14).

Em 01 de abril de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Industria de Equipamentos LTDA (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores.

1.2 Aquisição Complexos Salinas e Mandacaru

Em 23 de agosto de 2020, a controlada direta AES Tietê Energia assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição pela controlada direta AES Tietê Energia da totalidade das ações representativas do capital social de sete sociedades de propósito específico que compõem os Complexos Salinas e Mandacaru. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela AES Tietê Energia.

O complexo eólico está localizado em dois locais na costa dos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, regiões privilegiadas em recursos eólicos do País, passando a agregar 158,5 MW de capacidade instalada ao portfólio da AES Tietê Energia. Em operação desde 2013, o Projeto está 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) por um prazo de 20 anos, a preços atualizados para 30 de junho de 2021, de R\$ 226,81 MWh e 174,74 MWh, respectivamente.

A transação não atendeu a definição de um negócio, conforme análise de concentração de ativos e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método relative fair value na data da aquisição, com base em laudo econômico-financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 30 de abril de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$589.102, pagos na ata de fechamento da transação. A contabilização inicial desta aquisição no montante de R\$589.102 como investimento adquirido pela AES Tietê Energia foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$226.517 relacionado ao acervo líquido adquirido, (ii) R\$181.437 relacionado à mais valia de ativo imobilizado e R\$181.148 relacionado à direitos de contratos de leilão de energia de reserva. Nas demonstrações contábeis consolidadas, a mais valia e o direitos de contratos de leilões, estão sendo apresentados como Imobilizado e intangível, respectivamente (vide notas explicativas nº 13 e nº 14).

Notas Explicativas

| | Valor Contábil | Ajuste | Valor Justo |
|---|------------------|----------------|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 159.865 | 0 | 159.865 |
| Cauções e depósitos vinculados | 20.921 | 0 | 20.921 |
| Contas a receber de clientes | 15.772 | 0 | 15.772 |
| Outros tributos a recuperar | 2.258 | 0 | 2.258 |
| Outros ativos | 4.043 | – | 4.043 |
| Imobilizado, líquido | 515.948 | 181.437 | 697.385 |
| Intangível, líquido | 0 | 181.148 | 181.148 |
| Valor justo dos ativos | 718.807 | 362.585 | 1.081.392 |
| | | | |
| Fornecedores | (83.238) | 0 | (83.238) |
| Encargos sociais e trabalhistas | (2.463) | 0 | (2.463) |
| Empréstimos e financiamentos | (332.000) | 0 | (332.000) |
| Tributos diferidos | (41.349) | 0 | (41.349) |
| Provisões para processos judiciais e outros | (204) | – | (204) |
| Provisões para desmobilização | (33.036) | 0 | (33.036) |
| Valor justo dos passivos | (492.290) | – | (492.290) |
| | | | |
| Valor justo dos ativos líquidos | 226.517 | 362.585 | 589.102 |
| | | | |
| Saldo de caixa na aquisição da controlada | | | 159.865 |
| Contraprestação transferida | | | (589.102) |
| Caixa líquido por aquisição do Complexos Salinas e Mandacaru | | | (429.237) |

1.3 Aquisição da AES Brasil Operações S.A.

Em 12 de maio de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia adquiriu da Cemig II CV (controlada pela The AES Corporation ("AES Corp")), sob uma proposta de reorganização societária, a AES Brasil Operações S.A.. A reorganização societária será realizada pela incorporação da AES Tietê Energia pela AES Brasil Operações. A reorganização é mais um passo de uma reestruturação de longo prazo, que permitirá que a AES Brasil consolide os seus investimentos em renováveis e invista em novos negócios.

A contraprestação transferida da aquisição sob controle comum foi de R\$40.500, paga na data de fechamento da transação. A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida como uma transação de capital da seguinte forma: (i) R\$2.125 como investimento adquirido pela AES Tietê Energia, relacionado ao acervo líquido adquirido e (ii) R\$38.375 como reserva de capital, a mesma foi efetuada com base no valor contábil e a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga foi alocada para o patrimônio líquido.

2. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 23 de novembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral o pedido de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de listagem no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão ("Novo Mercado" e "B3"), além da reforma do estatuto social para adequação às normas da CVM e da B3. Em 29 de março de 2021, com o registro na CVM e a listagem da Companhia na B3 aprovada, foi concluída a reestruturação societária do Grupo AES Brasil ("Reorganização").

Notas Explicativas



A reorganização teve como objetivo facilitar a flexibilização da estratégia de crescimento do Grupo AES Brasil por meio da alocação de novos projetos e/ou aquisições em sociedades futuramente controladas pela Companhia, além de permitir maior alavancagem para financiamento.

A reorganização foi realizada por meio de incorporação das ações de emissão da AES Tietê por seu valor patrimonial pela AES Brasil, com emissão de 399.106.520 novas ações ordinárias da Companhia aos acionistas da AES Tietê, passando a Companhia, em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da AES Tietê e indiretamente de suas controladas.

Cada ação de emissão da AES Tietê equivale a 0,2 ação de emissão da Companhia, ou seja, foram atribuídas para cada 5 ações de emissão da AES Tietê, independente de classe, sejam elas preferenciais e/ou ordinárias, 1 ação ordinária de emissão da Companhia. Da mesma forma, cada Unit de emissão da AES Tietê foi substituída por 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

Em 29 de janeiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, os termos e condições para que a Reorganização fosse consumada, sujeito às condições suspensivas resumidas abaixo, cumpridas integralmente em 29 de março de 2021. Desta forma, para efeitos fiscais e societários, considera-se que o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia e a AES Tietê foi finalizado nesta última data.

- (i) anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em razão da mudança do controlador direto da Companhia, conforme previsto em seu Contrato de Concessão;
- (ii) obtenção do registro de companhia aberta, categoria “A”, da AES Brasil perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- (iii) aprovação da listagem das ações de emissão da AES Brasil no segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e

A Companhia obteve aprovação da ANEEL em 12 de fevereiro de 2021, conforme Despacho nº 384, anuindo, portanto, com o prazo de 120 dias para conclusão da implementação, contados a partir de 12 de fevereiro de 2021.

Em 18 de março de 2021, a Companhia obteve as aprovações e registro na CVM como Companhia aberta, na categoria A e, a partir de 29 de março de 2021, as ações de emissão da AES Tietê deixaram de ser negociadas e iniciaram os negócios com as ações da Companhia no Novo Mercado da B3, sob ticker AESB3 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Devido à reorganização ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imaterial os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Tietê para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado no Consolidado. Portanto, passou a aplicar o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021.

Após a reorganização, a composição acionária da Companhia reflete os percentuais anteriormente detidos pelos acionistas da AES Tietê, sem diluição e, representada da seguinte forma:

Notas Explicativas



| | Antes da reorganização | | Após a reorganização | |
|---------------------------------------|------------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|
| | Ordinárias | Participação total em % | Ordinárias | Participação total em % |
| Acionistas | | | | |
| AES Holdings Brasil S.A. | – | – | 97.190.818 | 24,35 |
| AES Holdings Brasil II S.A. | – | – | 85.097.408 | 20,68 |
| AES Tietê Energia S.A. | 500 | 100,00 | – | – |
| BNDESPar | – | – | 39.554.586 | 9,91 |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | – | – | 30.165.523 | 7,56 |
| Outros | – | – | 147.098.182 | 37,50 |
| Ações ordinárias em circulação | 500 | 100,00 | 399.106.517 | 100,00 |
| Ações em tesouraria | – | – | 3 | – |
| Total das ações ordinárias | 500 | 100,00 | 399.106.520 | 100,00 |

De acordo com o determinado no protocolo de justificação celebrado entre a AES Tietê Energia e a Companhia, a incorporação das ações da AES Tietê acarretou nos seguintes eventos (i) R\$1.000.000 destinado à conta de capital social e (ii) R\$377.602 destinado à conta de reserva de capital. O protocolo também determina que as variações patrimoniais apuradas a partir de 30 de setembro de 2020, Data-Base da incorporação, até a data da conclusão da incorporação, sejam contabilizadas por meio de equivalência patrimonial. Dessa forma, os montantes determinados no protocolo, somados às variações patrimoniais do período, geraram os seguintes efeitos no patrimônio líquido da Companhia:

| | Capital social subscrito e integralizado | Reserva de capital | Reservas de lucros | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|--|--------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| PL AES Brasil Energia em 31/03/2021 antes da incorporação de ações | 1 | – | – | – | – | 1 |
| Efeitos da incorporação de ações da AES Tietê | 1.000.000 | 377.602 | – | – | – | 1.377.602 |
| Remuneração com base em ações | – | 304 | – | – | – | 304 |
| Plano de previdência privada - perda atuarial, líquido de impostos | – | – | – | (35.751) | – | (35.751) |
| Programa de incentivo a aposentadoria (PIA) | – | – | – | (1.717) | – | (1.717) |
| Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos | – | – | – | (27.844) | – | (27.844) |
| Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos | – | – | – | (56.182) | 13.914 | (42.268) |
| Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada | – | – | – | 1.670 | – | 1.670 |
| Dividendos intermediários | – | – | – | – | (65.138) | (65.138) |
| Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 | – | – | 573.153 | – | – | 573.153 |
| Lucro líquido do período findo em 31 de março de 2021 | – | – | – | – | 92.978 | 92.978 |
| Alocação do patrimônio líquido incorporado | – | (304) | 42.058 | – | (41.754) | – |
| PL AES Brasil Energia em 31/03/2021 após incorporação de ações | 1.000.001 | 377.602 | 615.211 | (119.824) | – | 1.872.990 |

Os ativos e passivos da AES Tietê Energia, considerados na Reorganização, em 31 de março de 2021, é conforme segue:

Notas Explicativas

| | AES Tietê Energia |
|--|-------------------|
| | 31.03.2021 |
| ATIVO CIRCULANTE | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 790.994 |
| Investimentos de curto prazo | 841.680 |
| Contas a receber de clientes | 280.210 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 41.923 |
| Outros tributos a recuperar | 1.575 |
| Cauções e depósitos vinculados | 54.532 |
| Outros ativos | 67.622 |
| Ativos disponíveis para venda | 90.185 |
| TOTAL ATIVO CIRCULANTE | 2.168.721 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | |
| Tributos diferidos | 4.417 |
| Cauções e depósitos vinculados | 92.521 |
| Outros ativos | 44.862 |
| Investimentos em controladas e joint ventures | 60.725 |
| Imobilizado, líquido | 5.996.204 |
| Intangível, líquido | 1.246.487 |
| TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE | 7.445.216 |
| TOTAL DO ATIVO | 9.613.937 |

Notas Explicativas

| AES Tietê Energia | |
|--|------------------|
| 31.03.2021 | |
| <u>PASSIVO CIRCULANTE</u> | |
| Fornecedores | 121.923 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 1.005.469 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 39.061 |
| Outros tributos a pagar | 24.474 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 39.295 |
| Provisões para processos judiciais e outros | 4.035 |
| Encargos setoriais | 17.559 |
| Obrigações de aquisições | 228.869 |
| Outras obrigações | 128.423 |
| Passivos disponíveis para venda | 8.736 |
| TOTAL PASSIVO CIRCULANTE | 1.617.844 |
| <u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u> | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 5.161.820 |
| Passivo de arrendamento | 84.698 |
| Tributos diferidos | 474.013 |
| Obrigações com benefícios pós-emprego | 134.039 |
| Provisões para processos judiciais e outros | 77.692 |
| Encargos setoriais | 8.904 |
| Obrigações de aquisições e outras obrigações | 181.941 |
| TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 6.123.107 |
| <u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | |
| <u>Capital social subscrito e integralizado</u> | 474.607 |
| Reserva de capital | 142.220 |
| Reservas de lucros | 111.794 |
| Lucros a destinar na AGO | 573.152 |
| Outros resultados abrangentes | 464.322 |
| Lucros acumulados | 106.891 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.872.986 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 9.613.937 |

Em função da incorporação de ações ter sido finalizada em 29 de março de 2021, o efeito no fluxo de caixa consolidado da Companhia foi considerado em uma única linha, como “Caixa advindo de incorporação de controlada”, no caixa líquido gerado nas atividades de investimentos.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

Em 29 de março de 2021, foi concluída a reorganização societária da Companhia, realizada por meio de incorporação das ações de emissão da AES Tietê por seu valor patrimonial, com emissão de novas ações ordinárias da Companhia aos acionistas da AES Tietê, passando a Companhia, em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da AES Tietê e indiretamente de suas controladas. Vide nota explicativa nº 2.

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas informações contábeis

Notas Explicativas

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condição financeira e fluxo de caixa de nossos negócios. Em abril de 2021, o Fundo Monetário Internacional projetou crescimento na atividade econômica em 2021, sendo 6% de crescimento mundial e 3,7% no Brasil.

À medida que a duração da pandemia se estende, a Companhia continua acompanhando atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, a Companhia criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido, a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos à medida que as condições mudarem. Apesar de esforços para gerenciar e remediar esses impactos para Companhia, seu impacto final também depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

A Companhia continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, as operações são consideradas essenciais e estão funcionando normalmente. A maioria de nosso pessoal administrativo e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetem as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações financeiras confiáveis.

Repactuação do risco hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

Em 09 de dezembro de 2020, com base na análise da Resolução Normativa ANEEL Nº 895 publicada pela ANEEL em 03 de dezembro de 2020, que estabeleceu as regras e metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e oficializou as condições para o cálculo do valor e do período da extensão de concessão, o Conselho de Administração da controlada direta AES Tietê aprovou a aceitação do acordo do GSF no valor mínimo de R\$636.300, assim como a desistência da ação judicial relativa ao GSF, cujo pedido foi protocolado em 23 de dezembro de dezembro de 2020.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico no montante de R\$946.957 foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia feita com base no entendimento da regulamentação final da ANEEL, e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

Em 02 de março de 2021, a CCEE apresentou oficialmente seus cálculos atualizados para a repactuação do risco hidrológico. O cálculo apresentado demonstra um valor total para as usinas da sua controlada direta AES Tietê de R\$982.856, um aumento de R\$35.899, em comparação com a estimativa realizada pela controlada direta AES Tietê em 31 de dezembro de 2020, que foi registrado como complemento do intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo. O montante foi convertido pela ANEEL em extensão do prazo da outorga e a controlada direta AES Tietê passou a ter um direito de extensão de concessão de 2,7 anos, ante 2,6 anos reconhecidos inicialmente, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A controlada direta AES Tietê aguarda a publicação da Resolução Homologatória da ANEEL com a indicação dos valores de extensão supracitados. A referida homologação encontra-se em atraso no que se refere ao seu período previsto devido a recursos administrativos apresentados por terceiros à ANEEL, ação natural ao processo. O único recurso aprovado até o momento modifica apenas o cálculo de

Notas Explicativas



valores para usinas que disponham de comercialização no mercado regulado e tenham repactuado o risco hidrológico em 2015. Assim, não há perspectiva de mudança do cálculo para os ativos da controlada direta AES Tietê.

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, que apesar de tratar da desestatização da Eletrobrás, alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, trazendo nova redação para compensação do risco hidrológico para dois grupos de usinas, aquelas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulado e aquelas denominadas estruturantes. Assim, a determinação modifica apenas o cálculo de valores para usinas que disponham de comercialização no mercado regulado e tenham repactuado o risco hidrológico ou usinas estruturantes, não havendo perspectiva de mudança do cálculo para os ativos da controlada direta AES Tietê.

O entendimento supracitado foi corroborado pela Diretoria Colegiada da ANEEL, que aprovou, em 03 de agosto de 2021, a homologação parcial dos valores de extensão da concessão das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE. Sendo que, para os ativos da controlada, houve aprovação da homologação total. Com a aprovação, a companhia aguarda a publicação da resolução homologatória no Diário Oficial da União para então manifestar concordância com os valores junto à ANEEL, no prazo de até 60 dias contados de tal publicação.

Acordo de Investimento

Em 17 de março de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreve novas ações preferenciais, emitidas pela sua controlada direta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação, de geração de energia eólica e solar.

Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a AES Tietê Energia e o Itaú efetivaram a transação. Com a subscrição do aumento de capital, no valor de R\$855.000, o Itaú se tornou acionista da Guaimbê Holding. Dessa forma, a AES Tietê Energia passou a deter 1.335.608.832 ações ordinárias, ou 80,10%, e o Itaú 331.818.000 ações preferenciais, ou 19,90% de participação societária.

O montante aportado pelo Itaú na controlada direta Guaimbê Holding, no valor de 855.000 está sendo apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas como atividade de financiamento, pois trata-se de emissão de ações preferenciais de controlada.

Venda de ativos de geração distribuída

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada direta AES Tietê Energia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente venda de 100% das quotas da controlada indireta AES Tietê Inova e as controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II. Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil. Vide nota explicativa nº 11.

Aquisição de complexos eólicos

Em 30 de abril de 2021 e 24 de maio de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia concluiu a aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru e do Complexo Eólico Cajuína. Vide nota explicativa nº 1.

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 03 de agosto de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, submetendo-as nesta data à análise do Conselho Fiscal e ao conhecimento do Conselho de Administração.

4.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma

Notas Explicativas

condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado da controlada direta AES Tietê Energia ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar algumas notas explicativas. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia e de sua controlada direta AES Tietê Energia, publicadas em 25 de março de 2021 e 24 de fevereiro de 2021 respectivamente.

4.2 Base de preparação e apresentação

Em 30 de junho de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

4.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

Notas Explicativas



As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

4.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas ou *joint ventures*:

| Descrição | Atividade | Complexo | Sede | Participação |
|---|-----------------------|-------------------------|---------------|--------------|
| | | | | 30.06.2021 |
| Controlada direta: | | | | |
| AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") | Geração hidroelétrica | Geração hidroelétrica | São Paulo, SP | 100% |
| Controladas indiretas: | | | | |
| AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra") | Prestação de serviços | Prestação de serviços | Bauru, SP | 100% |
| Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1") | Geração solar | Complexo Ouroeste | Ouroeste, SP | 100% |
| Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2") | Geração solar | Complexo Ouroeste | Ouroeste, SP | 100% |
| Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3") | Geração solar | Complexo Ouroeste | Ouroeste, SP | 100% |
| AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV") | Geração solar | Complexo Ouroeste | Ouroeste, SP | 100% |
| AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V") | Geração solar | Complexo Ouroeste | Ouroeste, SP | 100% |
| AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI") | Geração solar | Complexo Ouroeste | Ouroeste, SP | 100% |
| Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia") | Holding | Complexo Alto Sertão II | São Paulo, SP | 100% |
| AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica") | Holding | Complexo Alto Sertão II | São Paulo, SP | 100% |
| Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Igororã, BA | 100% |
| Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Caetité, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Caetité, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Guanambi, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Caetité, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Caetité, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Guanambi, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Pindaí, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Pindaí, BA | 100% |

Notas Explicativas



| | | | | |
|---|----------------|-------------------------|---------------------|-------|
| Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Guanambi, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Pindaí, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Caetité, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Pindaí, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Caetité, BA | 100% |
| Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço") | Geração eólica | Complexo Alto Sertão II | Pindaí, BA | 100% |
| Guaimbê Solar Holding S.A. ("Guaimbê Holding") | Holding | Complexo Guaimbê | São Paulo, SP | 80,1% |
| Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I") | Geração solar | Complexo Guaimbê | Guaimbê, SP | 100% |
| Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II") | Geração solar | Complexo Guaimbê | Guaimbê, SP | 100% |
| Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III") | Geração solar | Complexo Guaimbê | Guaimbê, SP | 100% |
| Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV") | Geração solar | Complexo Guaimbê | Guaimbê, SP | 100% |
| Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V") | Geração solar | Complexo Guaimbê | Guaimbê, SP | 100% |
| AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I") | Holding | Complexo Tucano | São Paulo, SP | 100% |
| AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II") | Holding | Complexo Tucano | São Paulo, SP | 100% |
| Tucano F1 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F1") | Geração eólica | Complexo Tucano | Salvador, BA | 100% |
| Tucano F2 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F2") | Geração eólica | Complexo Tucano | Salvador, BA | 100% |
| Tucano F3 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F3") | Geração eólica | Complexo Tucano | Salvador, BA | 100% |
| Tucano F4 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F4") | Geração eólica | Complexo Tucano | Salvador, BA | 100% |
| Tucano F5 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F5") | Geração eólica | Complexo Tucano | Salvador, BA | 100% |
| Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. ("Ventus Holding") | Holding | Complexo Ventus | Curitiba, Paraná | 100% |
| Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos") | Geração eólica | Complexo Ventus | Galinhos, RN | 100% |
| Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba") | Geração eólica | Complexo Ventus | Macau, RN | 100% |
| Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos") | Geração eólica | Complexo Ventus | Galinhos, RN | 100% |
| MS Participações Societárias S.A. | Holding | Complexo Cúbico | São Paulo, SP | 100% |
| Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. | Geração eólica | Complexo Cúbico | Areia Branca, RN | 100% |
| Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. | Geração eólica | Complexo Cúbico | Trairi, CE | 100% |
| Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. | Geração eólica | Complexo Cúbico | Amontada, CE | 100% |
| Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. | Geração eólica | Complexo Cúbico | Areia Branca, RN | 100% |
| Santos Energia Participações S.A. | Holding | Complexo Cúbico | São Paulo, SP | 100% |
| Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. | Geração eólica | Complexo Cúbico | Trairi, CE | 100% |
| Central Eólica São Cristóvão S.A. | Geração eólica | Complexo Cúbico | Trairi, CE | 100% |
| Central Eólica São Jorge S.A. | Geração eólica | Complexo Cúbico | Trairi, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Complexo Cajuína | Maracanaú, CE | 100% |
| AES Brasil Operações S.A. ("AES Operações") | Holding | Holding | Bauru, SP | 100% |

Notas Explicativas**Empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) (i):**

| | | | | |
|--|----------------|-----------------|---------------|-----|
| Tucano Holdings III S.A. ("Tucano Holding III") | Holding | Complexo Tucano | São Paulo, SP | 50% |
| Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F6") | Geração eólica | Complexo Tucano | Salvador, BA | 50% |
| Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F7") | Geração eólica | Complexo Tucano | Salvador, BA | 50% |
| Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F8") | Geração eólica | Complexo Tucano | Salvador, BA | 50% |

(i) Os empreendimentos controlados em conjunto não são consolidados.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO**

| | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------------------|--------------|------------|------------------|
| | 30.06.2021 | 31.12.2020 | 30.06.2021 |
| Caixa e Equivalentes de caixa | | | |
| Numerário disponível | 45 | 1 | 17.969 |
| Operação compromissada | 2.357 | — | 88.833 |
| Subtotal | 2.402 | 1 | 106.802 |
| Investimentos de curto prazo | | | |
| CDB-DI | — | — | 946.688 |
| Subtotal | — | — | 946.688 |
| Total | 2.402 | 1 | 1.053.490 |

Os investimentos de curto prazo em 30 de junho de 2021 estão representados por operações com CDB com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 96,88% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | Consolidado |
|------------------------------|----------------|
| | 30.06.2021 |
| CIRCULANTE | |
| Consumidores livres | 161.371 |
| Mercado de curto prazo | 22.758 |
| Contratos de energia eólicos | 47.271 |
| Contratos de energia solares | 10.730 |
| Serviços prestados | 42 |
| Subtotal | 242.172 |

Notas Explicativas

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

| | Consolidado | | | | | Total |
|------------------------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|---------------|----------------|
| | SalDOS vencidos | | | | Total | |
| | até 90 dias | De 90 a 180 dias | De 180 a 360 dias | Acima de 360 dias | | |
| CIRCULANTE | | | | | | |
| Consumidores livres | 161.135 | 236 | – | – | – | 161.371 |
| Mercado de curto prazo (i) | 202 | 15 | 706 | 424 | 21.411 | 22.758 |
| Contratos de energia eólicos | 45.382 | 1.698 | 173 | 9 | 9 | 47.271 |
| Contratos de energia solares | 10.730 | – | – | – | – | 10.730 |
| Serviços prestados | 20 | 4 | 16 | 2 | – | 42 |
| Total | 217.469 | 1.953 | 895 | 435 | 21.420 | 242.172 |

- (i) Inadimplência causada pelas ações judiciais relacionadas ao GSF impactava todo o mercado de curto prazo. A decisão estabelecida pela Lei nº 14.052/2020 e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, destravou operações não liquidadas no Mercado de Curto Prazo e com isso parte dos créditos em aberto na Companhia e suas controladoras foram liquidados.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

| | Consolidado |
|--|---------------|
| | 30.06.2021 |
| CIRCULANTE | |
| <u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u> | |
| Imposto de renda | 34.878 |
| Contribuição social | 21.439 |
| Imposto de renda retido na fonte | 6.230 |
| Total | 62.547 |
| <u>Outros tributos a recuperar</u> | |
| PIS e Cofins | 1.372 |
| Outros | 297 |
| Total | 1.669 |
| Total | 64.216 |

Notas Explicativas

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

| | | Consolidado |
|---|--------------|---------------------|
| | | Balanco Patrimonial |
| | | 30.06.2021 |
| O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a: | | |
| Tributos ativos: | Notas | |
| Provisão para participação nos lucros e resultados | | 3.020 |
| Provisão para processos fiscais | | 6.910 |
| Provisão para processos trabalhistas | | 1.010 |
| Provisão de benefício a empregados | | 1.135 |
| Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos | | 2.027 |
| Provisão para processos cíveis | | 20.091 |
| Créditos fiscais de ágios incorporados | 8.3 | 85.734 |
| Provisão para fornecedores de materiais e serviços | | 8.354 |
| Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes) | | 21.824 |
| Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes) | | 45.331 |
| Ressarcimento de energia | | 4.852 |
| Prejuízo fiscal e base negativa | | 12.379 |
| Variação cambial não realizada | | 101 |
| Outros | | 3.694 |
| Tributos passivos: | | |
| Ativo imobilizado - custo atribuído | | (310.153) |
| Ativo intangível - uso do bem público | | (7.877) |
| Atualização de cauções e depósitos vinculados | | (713) |
| Ativo imobilizado - taxa de depreciação | | (69.353) |
| Variação Cambial Ativa Não Realizada | | (1.541) |
| Ativo intangível - GSF (i) | | (319.800) |
| Outros | | (2.392) |
| Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido | | (495.367) |
| Apresentação no balanço patrimonial | | |
| Tributos diferidos do ativo não circulante) | | 16.228 |
| Tributos diferidos do passivo não circulante | | (511.595) |
| Total | | (495.367) |

Notas Explicativas

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

| Companhias | 30.06.2021 | | |
|------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo (Passivo) |
| AES Tietê Energia | 188.269 | (660.887) | (472.618) |
| AES Tietê Integra | 1.953 | – | 1.953 |
| AES Tietê Inova | – | – | – |
| Tucano H. I | 10.738 | – | 10.738 |
| Ametista | 642 | (96) | 546 |
| Araças | 538 | (62) | 476 |
| Borgo | 64 | (159) | (95) |
| Caetite | 135 | (221) | (86) |
| Da Prata | 102 | (47) | 55 |
| Dourados | 628 | (67) | 561 |
| Espigão | 96 | (59) | 37 |
| Maron | 373 | (70) | 303 |
| Morrão | 285 | (69) | 216 |
| Pelourinho | 123 | (75) | 48 |
| Pilões | 479 | (55) | 424 |
| Seraíma | 375 | (71) | 304 |
| Serra do Espinhaço | 87 | (107) | (20) |
| Tanque | 135 | (61) | 74 |
| Ventos do Nordeste | – | (177) | (177) |
| AGV IV | 18 | (28) | (10) |
| AGV V | 57 | (45) | 12 |
| AGV VI | 56 | (38) | 18 |
| Boa Hora 1 | – | (114) | (114) |
| Boa Hora 2 | – | (126) | (126) |
| Boa Hora 3 | – | (127) | (127) |
| Guaimbê I | 48 | (40) | 8 |
| Guaimbê II | – | (56) | (56) |
| Guaimbê III | – | (136) | (136) |
| Guaimbê IV | – | (55) | (55) |
| Guaimbê V | – | (76) | (76) |
| Guaimbê Holding | – | (1.241) | (1.241) |
| Brasventos Eolo | 149 | (69) | 80 |
| Rei dos Ventos 3 | 253 | – | 253 |
| Brasventos Miassaba 3 | 209 | (87) | 122 |
| Bela Vista | 667 | (8.164) | (7.497) |
| Embuaca | 2.563 | (8.544) | (5.981) |
| Icaráí | 1.417 | (4.722) | (3.305) |
| Mar e Terra | 533 | (7.645) | (7.112) |
| Santo Antônio de Pádua | 1.193 | (3.976) | (2.783) |
| São Cristóvão | 2.226 | (7.419) | (5.193) |
| São José | 2.051 | (6.838) | (4.787) |
| Consolidado | 216.462 | (711.829) | (495.367) |

Notas Explicativas

8.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

| | Consolidado |
|--------------------------------------|-------------|
| | 30.06.2021 |
| Prejuízos fiscais | 2.378.900 |
| Base negativa de contribuição social | 2.382.920 |
| Diferenças temporárias | 12.624 |

Em 30 de junho de 2021, inclui prejuízo fiscal, no montante de R\$1.828.504, e base negativa de contribuição social, no montante de R\$1.832.524, da controlada indireta adquirida AES Brasil Operações.

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

8.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta AES Tietê Energia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta AES Tietê Energia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período.

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da controlada direta AES Tietê Energia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

| | | Consolidado | | |
|---|---------------------------------|----------------|------------------|---------------|
| | | 30.06.2021 | | |
| Notas | | Ágio | Provisão | Valor Líquido |
| AES Brazilian Energy Holdings Ltda | | | | |
| | Saldos oriundos da incorporação | 319.564 | (210.912) | 108.652 |
| | Amortização acumulada | (167.202) | 110.354 | (56.848) |
| | Subtotal | 152.362 | (100.558) | 51.804 |
| AES Gás Ltda. | | | | |
| | Saldos oriundos da incorporação | 808.304 | (541.564) | 266.740 |
| | Amortização acumulada | (716.791) | 480.014 | (236.777) |
| | Subtotal | 91.513 | (61.550) | 29.963 |
| AES Tietê Participações S.A. | | | | |
| | Saldos oriundos da incorporação | 82.420 | (54.397) | 28.023 |
| | Amortização acumulada | (70.751) | 46.695 | (24.056) |
| | Subtotal | 11.669 | (7.702) | 3.967 |
| | Total | 255.544 | (169.810) | 85.734 |

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

| | | Consolidado | |
|-----------------------|-------|-------------|----------------|
| | | 30.06.2021 | |
| | Notas | | |
| CIRCULANTE | | | |
| | | | 788 |
| | | | 6.086 |
| | | | 6.874 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| | | | 202.493 |
| | 20 | | 21.200 |
| | | | 223.693 |
| | | | 230.567 |

(i) Refere-se à Conta Reserva do Serviço da Dívida, que destina-se aos pagamentos de principal e juros das obrigações de contratos de dívida da AES Tietê Energia, do Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus e Complexos Salinas e Mandacaru, nos montantes de R\$16.270, 26.289, 35.554 e 130.466, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, devem serem aplicados, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média consolidada de 98,13% do CDI.

10. OUTROS ATIVOS

Notas Explicativas

| | Notas | Consolidado 30.06.2021 |
|---|-------|---------------------------|
| CIRCULANTE | | |
| Almoxarifado | | 23.623 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 14.926 |
| Indenização de seguro a receber | | 7.092 |
| Ressarcimento - conta de energia (i) | | 5.822 |
| Contas a receber sobre venda de controlada | 11 | 34.039 |
| Contas a receber sobre venda de participação acionária (ii) | | 1.637 |
| Adiantamentos sobre aquisição de projeto | | 1.485 |
| Outros | | 9.341 |
| Subtotal | | 97.965 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Ressarcimento - conta de energia (i) | | 10.912 |
| Indenização de seguro a receber | | 8.453 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 5.363 |
| Imposto de renda | | 2.994 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 31 | 1.855 |
| INSS | | 1.762 |
| Outros | | 8.933 |
| Subtotal | | 40.272 |
| Total | | 138.237 |

(i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios positivos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos. Já os ressarcimentos por desvios negativos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações.

(ii) Refere-se à venda de 50% de participação acionária indireta da Tucano Holding III S.A. para a Unipar.

11. VENDA DE ATIVOS DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Em Reunião do Conselho de Administração da AES Tietê Energia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil através da venda de 100% das quotas da AES Tietê Inova e suas controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II.

Considerando que o ativo estava disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos habituais e costumeiros para transações dessa natureza e, a venda ser altamente provável em até um ano, ativos e passivos das controladas indiretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II estavam apresentados como ativos não circulantes mantidos para venda.

Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, sendo o risco e os benefícios da propriedade transferida para a Compradora, nesta data. Dessa forma, em 11 de junho de 2021, foi feita a desconsolidação dos ativos e passivos dessas controladas, sendo a demonstração de resultados da AES Tietê Energia impactada pelo método de equivalência patrimonial até a mesma data.

O valor da contraprestação recebida foi no montante de R\$100.695, sendo R\$66.656 pagos pelos compradores na data de fechamento da transação, e R\$34.039 foram retidos, sujeitos ao cumprimento de condições pós fechamento, pois referem-se a obrigações contratuais, ambientais, patrimoniais e

Notas Explicativas

técnicas, registrados sob a rubrica de outros ativos, (vide nota explicativa nº 10). O ganho na venda de controlada, líquido dos custos de venda, no montante de R\$2.798, foi no montante de R\$9.644. A Companhia espera receber esses valores em até 9 meses da data do *closing*. Em função da venda não ser considerada relevante para a Companhia, o ganho e perda foi apresentado na rubrica de outras receitas operacionais e não como uma operação descontinuada. Abaixo, segue um resumo da transação de venda.

| | |
|---|--------------|
| (+) Contraprestação recebida | 100.695 |
| (-) Valor contábil dos ativos vendidos em 11 de junho de 2021 | (88.253) |
| (-) Custos de venda | (2.798) |
| Ganho na venda de controlada | 9.644 |

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

| | Controladora | Consolidado |
|---|------------------|---------------|
| | 30.06.2021 | 30.06.2021 |
| Participações societárias permanentes: | | |
| Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial | 1.795.061 | 74.644 |
| Total | 1.795.061 | 74.644 |

| Controlada | Quantidade de quotas/ações do capital social | Percentual de participação | Valor do capital social | Valor do patrimônio líquido | Lucro líquido do período (01.04.2021 a 30.06.2021) |
|-----------------------|--|----------------------------|-------------------------|-----------------------------|--|
| AES Tietê Energia S.A | 1.995.532.616 | 100% | 684.948 | 1.795.061 | 24.155 |
| Total | | | | 1.795.061 | 24.155 |

Devido à reorganização ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imaterial os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Tietê para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado do Consolidado. Portanto, aplicou o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021. Vide nota explicativa nº 2.

A movimentação dos investimentos no para o período findo em 30 de junho de 2021 é como segue:

| | |
|---|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | — |
| Incorporação de ações da AES Tietê Energia | 1.872.989 |
| Equivalência patrimonial | 24.154 |
| Remuneração com base em ações | 124 |
| Dividendos | (70.995) |
| Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A. | (38.376) |
| Derivativos | 7.165 |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | 1.795.061 |

Em 30 de junho de 2021, as informações contábeis intermediárias consolidadas dos empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

| | Consolidado Tucano H. III |
|---|--------------------------------------|
| TOTAL ATIVO CIRCULANTE | 18.765 |
| TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE | 151.896 |
| TOTAL DO ATIVO | <u>170.661</u> |
| TOTAL PASSIVO CIRCULANTE | 6.334 |
| TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 15.045 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | <u>149.282</u> |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | <u>170.661</u> |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO | (5) |

Notas Explicativas

13. IMOBILIZADO

A controlada direta AES Tietê Energia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador e os preceitos do laudo de avaliação elaborado para fins de determinação do custo atribuído na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos. Consequentemente, os valores residuais dos ativos hídricos do imobilizado da controlada direta AES Tietê Energia resultam da aplicação das vidas úteis definidas e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Os bens do ativo imobilizado da controlada direta AES Tietê Energia foram avaliados ao custo atribuído (“deemed cost”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído. A depreciação é calculada pelo método linear, por componente e com base nas taxas determinadas pela ANEEL. A controlada direta AES Tietê Energia acompanha e revisa pelo menos uma vez ao ano o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

| Consolidado | | | |
|--|------------|-----------------------|------------------|
| 30.06.2021 | | | |
| Taxas médias anuais de depreciação (%) | Custo (ii) | Depreciação acumulada | Saldo líquido |
| Terrenos | - | 414.334 | 414.334 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 3,1% | 2.932.461 | 790.378 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 2,9% | 854.212 | 324.850 |
| Máquinas e equipamentos | 3,6% | 6.258.321 | 4.796.091 |
| Veículos | 14,3% | 9.927 | 3.263 |
| Móveis e utensílios e outros | 6,3% | 7.605 | 2.922 |
| Imobilizado em serviço | | 10.476.860 | 6.331.838 |
| Imóveis destinados a uso futuro | | 2.099 | 2.099 |
| Imobilizado em curso (i) | | 469.729 | 469.729 |
| Bens vinculados às concessão e autorizações | | 10.948.688 | 6.803.666 |
| Direito de uso de sede administrativa | 10,8% | 10.823 | 8.514 |
| Direito de uso de terreno arrendado | 3,3% | 97.134 | 88.518 |
| Total Imobilizado | | 11.056.645 | 6.900.698 |

(i) Principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras hidrelétrica e eólicos, incluindo adiamento a fornecedor referente a pagamento inicial para montagem dos aerogeradores no Complexo Eólico Tucano, Mandacaru e Salinas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 30 de junho de 2021 representa um montante de R\$78.039, líquido de depreciação.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

| | Consolidado | | | | | | | | | | | |
|---|---------------------------------|--|---------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------------------------|--------------|----------------|---------------------|--|------------------------------|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2020 | Efeito da aquisição da AES Tietê Energia | Aquisição Complexo Eólico MS e Santos | Aquisição Complexo Eólico Cajuína | Mais valia na aquisição de ativos | Adições | Provisão para desmantelamento | Baixas | Transferências | Juros capitalizados | Venda de ativos de geração distribuída | Saldo em 30 de junho de 2021 |
| Terrenos | – | 414.284 | 50 | – | – | – | – | – | – | – | – | 414.334 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | – | 2.932.388 | – | – | – | – | – | (66) | 139 | – | – | 2.932.461 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | – | 754.090 | 99.235 | – | – | – | – | – | 887 | – | – | 854.212 |
| Máquinas e equipamentos (ii) | – | 5.700.508 | 366.895 | 537 | 181.437 | 134 | – | 561 | 13.484 | – | (5.235) | 6.258.321 |
| Veículos | – | 9.686 | 242 | – | – | – | – | – | (1) | – | – | 9.927 |
| Móveis e utensílios e outros | – | 7.336 | 269 | – | – | – | – | – | – | – | – | 7.605 |
| Imóveis destinados a uso futuro | – | 2.099 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 2.099 |
| Imobilizado em curso | – | 152.276 | 28.537 | 1.798 | – | 289.477 | – | – | (14.509) | 7.688 | 4.462 | 469.729 |
| Direito de uso de sede administrativa | – | 8.698 | – | – | – | 2.125 | – | – | – | – | – | 10.823 |
| Direito de uso de terreno arrendado | – | 79.574 | 17.565 | – | – | (5) | – | – | – | – | – | 97.134 |
| Subtotal | – | 10.060.939 | 512.793 | 2.335 | 181.437 | 291.731 | – | 495 | – | 7.688 | (773) | 11.056.645 |
| Depreciação/Amortização | – | (4.064.735) | – | – | (1.261) | (91.900) | (282) | 2.257 | – | – | (26) | (4.155.947) |
| Total líquido | – | 5.996.204 | 512.793 | 2.335 | 180.176 | 199.831 | (282) | 2.752 | – | 7.688 | (799) | 6.900.698 |

Notas Explicativas

(b) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 30 de junho de 2021, os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

| | Consolidado |
|---------------------------------|------------------|
| | 30.06.2021 |
| Concessão | 2.549.920 |
| Autorizações | 4.251.647 |
| Imóveis destinados a uso futuro | 2.099 |
| Total | 6.803.666 |

14. INTANGÍVEL

| | Consolidado | | | |
|---|--|------------------|-----------------------|------------------|
| | 30.06.2021 | | | |
| | Taxas médias anuais de amortização (%) | Custo | Amortização acumulada | Saldo líquido |
| Extensão de concessão (i) | 9,10% | 982.856 | (42.267) | 940.589 |
| Uso do bem público (UBP) (ii) | 3,7% | 73.174 | (50.008) | 23.166 |
| Direitos contratuais (iii) | 4,9% | 331.275 | (25.830) | 305.445 |
| Direito de exploração de autorização (iv) | 3,0% | 139.616 | (3.059) | 136.557 |
| Intangível gerado na combinação de negócios (v) | 3,4% | 19.073 | (2.518) | 16.555 |
| Direitos e projetos em desenvolvimento (vi) | 2,9% | 63.523 | (2.420) | 61.103 |
| Software e outros intangíveis | 20,1% | 106.618 | (53.082) | 53.536 |
| Total | | 1.716.135 | (179.184) | 1.536.951 |

(i) Refere-se à extensão de concessão registrada pela controlada direta AES Tietê em dezembro de 2020. Em 09 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei nº14.052/2020 que regulamentou os termos e condições para repactuação do risco não hidrológico causado pelo GSF. A lei ofereceu aos geradores uma prorrogação da concessão para compensar impactos anteriores não hidrológicos do GSF cobrados entre março de 2012 até agosto de 2019. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a controlada direta AES Tietê reconheceu um intangível, no montante de R\$946.957 em contrapartida à rubrica de Custo dos produtos e serviços vendidos, linha mercado de curto prazo. Posteriormente, em março de 2021, após a CCEE apresentar os cálculos finais, a controlada direta AES Tietê constituiu um novo montante, no valor de R\$35.899, totalizando R\$982.856, o qual está sendo amortizado pelo método linear a partir de 01 de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Vide nota 3.

(ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente

Notas Explicativas

- de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Cajuína, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização
- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível é como segue:

| | Consolidado | | | | | | | | |
|---|-----------------------|--------------------|----------------------|--------------------------------------|---|--|-------------------------------|---------------|------------------|
| | Extensão de concessão | Uso do Bem Público | Direitos contratuais | Direito de exploração de autorização | Intangível gerado na combinação de negócios | Direitos e projetos em desenvolvimento | Software e outros intangíveis | | Total |
| | | | | | | | Em curso | Em serviço | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adições | - | - | 181.148 | 115.195 | - | - | 3.452 | - | 299.795 |
| Efeito da aquisição da AES Tietê Energia | 961.723 | 23.689 | 128.567 | 22.096 | 16.716 | 61.557 | 19.611 | 12.528 | 1.246.487 |
| Efeito da aquisição do Complexo MS e Santos | - | - | - | - | - | - | - | 19.288 | 19.288 |
| Venda de ativos de geração distribuída | - | - | 46 | - | - | - | 18 | (19) | 45 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - | (60) | (60) |
| Amortizações | (21.134) | (523) | (4.316) | (734) | (161) | (454) | - | (1.282) | (28.604) |
| Transferências | - | - | - | - | - | - | (969) | 969 | - |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | 940.589 | 23.166 | 305.445 | 136.557 | 16.555 | 61.103 | 22.112 | 31.424 | 1.536.951 |

Notas Explicativas

15. FORNECEDORES

| | Notas | Consolidado 30.06.2021 |
|---|-------|---------------------------|
| CIRCULANTE | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | 66.208 |
| Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST | | 13.212 |
| Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg | | 4.286 |
| Subtotal | | 83.706 |
| Materiais e Serviços | | 99.859 |
| Serviços - partes relacionadas | 31 | 12.482 |
| Total | | 196.047 |

As controladas da Companhia possuem contratadas 19 cartas de fiança, no valor total de R\$8.085 e 42 seguros garantia, no valor de R\$114.561, totalizando uma importância segurada de R\$122.646, com custo de 0,35% a 3,00% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

16. TRIBUTOS A PAGAR

| | Controladora 30.06.2021 | Consolidado 30.06.2021 |
|--|----------------------------|---------------------------|
| CIRCULANTE | | |
| <u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u> | | |
| Imposto de renda | 2 | 35.293 |
| Contribuição social | — | 13.889 |
| Total | 2 | 49.182 |
| <u>Outros tributos a pagar</u> | | |
| INSS | — | 2.769 |
| PIS e Cofins | — | 12.879 |
| ICMS | — | 3.796 |
| Outros | 13 | 6.895 |
| Total | 13 | 26.339 |

A Companhia e sua controlada direta AES Tietê Energia, suas controladas indiretas Tietê Integra, Tietê Eólica, Guaimbê Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II, Tucano Holding III, Ventus Holding, SPEs de Tucano, MS Participações Societárias, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra, Santos Energia Participações, Santo Antonio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge, são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa.

Por sua vez, as controladas indiretas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Guaimbê Holding, Tucano Holding I, Tucano F1 e Tucano Holding III, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações. A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPEs dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II, Guaimbê e Ventus (Brasventos EOLO, Brasventos Miassaba 3 e Rei dos Ventos 3) é realizada com base na forma de tributação do lucro

Notas Explicativas

presumido sob o regime de caixa, enquanto que as empresas do Complexo Cajuína estão sob o regime de competência.

As empresas Tietê Inova, Tietê Inova I, Tietê Inova II foram alienadas em 13 de junho, sendo tributadas pelo regime do lucro real até então. No que diz respeito ao recolhimento, a Inova se utilizou da apuração com base no balancete de suspensão / redução, tendo que efetuar o recolhimento de estimativas. A Inova I e Inova II apuraram prejuízo fiscal, sendo assim, não houve necessidade de recolhimento de estimativas.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

17.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Notas Explicativas

| | | Consolidado | | | | | | | | |
|--|------------------|----------------------|---------------|---------------------|-----------------|----------------|---------------------|-----------------|--|------------------|
| | | 30.06.2021 | | | | | | | | |
| | | Circulante | | | | Não Circulante | | | Total circulante + não circulante | |
| Vencimento | Taxa Efetiva (i) | Encargos | Principal | Custos de transação | Total | Principal | Custos de transação | Total | | |
| MOEDA NACIONAL | | | | | | | | | | |
| Debêntures | | | | | | | | | | |
| 5ª Emissão | 2023 | IPCA + 7,27% | 7.461 | — | (1.147) | 6.314 | 217.895 | (1.205) | 216.690 | 223.004 |
| 6ª Emissão (2ª Série) | 2024 | IPCA + 6,97% | 5.173 | — | (456) | 4.717 | 379.324 | (674) | 378.650 | 383.367 |
| 7ª Emissão (2ª Série) | 2023 | CDI + 1,53% | 11.341 | 375.000 | (1.335) | 385.006 | 375.000 | (529) | 374.471 | 759.477 |
| 8ª Emissão | 2030 | IPCA + 7,50% | 1.536 | 16.621 | (1.385) | 16.772 | 196.182 | (7.789) | 188.393 | 205.165 |
| 9ª Emissão (1ª Série) | 2027 | CDI + 1,04% | 16.479 | — | (421) | 16.058 | 1.380.000 | (2.128) | 1.377.872 | 1.393.930 |
| 9ª Emissão (2ª Série) | 2029 | IPCA + 5,62% | 9.699 | — | (2.670) | 7.029 | 712.343 | (22.677) | 689.666 | 696.695 |
| 9ª Emissão (3ª Série) | 2029 | IPCA + 5,62% | 2.705 | — | (743) | 1.962 | 198.792 | (6.364) | 192.428 | 194.390 |
| 1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica | 2025 | IPCA + 8,07% | 186 | 24.037 | (237) | 23.986 | 33.871 | (906) | 32.965 | 56.951 |
| 1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica | 2025 | IPCA + 8,16% | 214 | 15.318 | (223) | 15.309 | 49.236 | (863) | 48.373 | 63.682 |
| Subtotal | | | 54.794 | 430.976 | (8.617) | 477.153 | 3.542.643 | (43.135) | 3.499.508 | 3.976.661 |
| Empréstimos e Financiamentos | | | | | | | | | | |
| BNDES - Complexo Ventus | 2029 | TJLP + 2,51% a 2,71% | 639 | 26.542 | — | 27.181 | 194.639 | (569) | 194.070 | 221.251 |
| BNB - Complexos Salinas e Mandacaru | 2030 | 2,55% (pré) | 2.074 | 9.716 | (1.012) | 10.778 | 147.142 | (4.231) | 142.911 | 153.689 |
| BNDES - Complexos Salinas e Mandacaru | 2030 | TJLP + 1,66% a 2,45% | 530 | 20.935 | (3.060) | 18.405 | 171.322 | (20.318) | 151.004 | 169.409 |
| Subtotal | | | 3.243 | 57.193 | (4.072) | 56.364 | 513.103 | (25.118) | 487.985 | 544.349 |
| MOEDA ESTRANGEIRA | | | | | | | | | | |
| Scotiabank 4131 (1ª série) | 2025 | USD + 1,63% | — | — | — | — | 573.756 | — | 573.756 | 573.756 |
| Scotiabank 4131 (2ª série) | 2026 | USD + 1,78% | 3.597 | — | — | 3.597 | 682.629 | — | 682.629 | 686.226 |
| Subtotal | | | 3.597 | — | — | 3.597 | 1.256.385 | — | 1.256.385 | 1.259.982 |
| Total da dívida | | | 61.634 | 488.169 | (12.689) | 537.114 | 5.312.131 | (68.253) | 5.243.878 | 5.780.992 |

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação, líquido de operações de derivativos relacionadas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

17.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

Notas Explicativas

| | Consolidado | | | |
|--|------------------|------------------------------|-------------------|------------------|
| | Debêntures | Empréstimos e financiamentos | Moeda estrangeira | Consolidado |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | — | — | — | — |
| Efeito da aquisição da AES Tietê Energia | 3.944.330 | 753.611 | 1.469.348 | 6.167.289 |
| Efeito da aquisição do Complexos Salinas e Mandacaru | — | 332.000 | — | 332.000 |
| Encargos financeiros | 48.604 | 7.355 | 5.699 | 61.658 |
| Variação cambial | — | — | (221.002) | (221.002) |
| Variação monetária | 34.305 | — | 8.039 | 42.344 |
| Pagamento de principal | (28.635) | (514.477) | — | (543.112) |
| Pagamento de encargos financeiros | (23.926) | (34.045) | (2.102) | (60.073) |
| Diferimento custos de transação | (150) | (216) | — | (366) |
| Amortização custos de transação | 2.133 | 121 | — | 2.254 |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | 3.976.661 | 544.349 | 1.259.982 | 5.780.992 |

17.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

| Subsidiárias | Descrição | Valor Ingresso | Data Emissão | Taxa Contratual | Pagamento de Juros | Sistema de amortização do Principal | Montante (i) | Vencimento | Finalidade |
|-------------------------------|---------------------------------------|------------------------|--|--|--------------------|-------------------------------------|------------------|--|--|
| AES Tietê Energia | 5ª Emissão Debêntures | 180.000 | 15/12/2016 | IPCA + 6,54% | Anual | Anual | 223.004 | Dezembro de 2022 Dezembro de 2023 | Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas. |
| AES Tietê Energia | 6ª Emissão (2ª série) | 317.620 | 15/4/2017 | IPCA + 6,78% | Semestrais | Anual | 383.367 | Abril de 2023 Abril de 2024 | pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da |
| AES Tietê Energia | 7ª Emissão (2ª série) | 750.000 | 15/2/2018 | CDI + 1,30% | Semestrais | Anual | 759.477 | Fevereiro de 2022 Fevereiro de 2023 | Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora |
| AES Tietê Energia | 8ª Emissão Debêntures | 200.000 | 15/5/2018 | IPCA + 6,02% | Semestrais | Semestral | 205.165 | Maio de 2030 | Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora |
| | 9ª Emissão Debêntures (1ª série) | | | CDI + 1,00% | Semestrais | Anual | 1.393.930 | Março de 2026 Março de 2027 | Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures |
| AES Tietê Energia | 9ª Emissão Debêntures (2ª série) | 2200000 | 15/3/2019 | IPCA + 4,71% | Semestrais | Anual | 696.695 | Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029 | Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbê e AGV |
| | 9ª Emissão Debêntures (3ª série) | | | IPCA + 4,71% | Anual | Anual | 194.390 | Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029 | |
| AES Tietê Energia | Scotiabank 4131 (1ª série) | 600.000 USD 116.122 | 29/12/2020 | USD + 1,63% | Trimestral | Dezembro 2024 e Dezembro 2025 | 573.756 | Dezembro de 2025 | Reforço de capital de giro |
| AES Tietê Energia | Scotiabank 4131 (2ª série) | 800.000 USD 138.169 | 31/3/2021 | USD + 1,78% | Semestral | Março 2025 e Março 2026 | 686.226 | Março de 2026 | Reforço de capital de giro |
| AES Tietê Eólica | Debêntures de Infraestrutura | 146.000 | 15/12/2014 | IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série) | Semestral | Semestral | 56.951 63.682 | Dezembro de 2025 | Financiamento dos parques de Alto Sertão II |
| Complexo Ventus | BNDES | 235.169 | 3/10/2012 | TJLP + 2,51% e 2,71% | Mensal | Mensal | 221.251 | Outubro de 2029 | Financiamento dos parques do Complexo Ventus |
| Complexos Salinas e Mandacaru | BNDES (Complexos Salinas e Mandacaru) | 295.800 | 16/07/2013 (MS) 14/04/2014 (Santos) | TJLP + 1,66%, 1,76% e 1,88% (MS) TJLP + 2,45% (Santos) | Mensal | Mensal | 169.409 | Maio, Outubro e Novembro de 2029 (MS) Dezembro de 2030 (Santos) | Financiamento dos parques do Complexo Salinas e Mandacaru |
| | BNB (MS) | 198.500 | 27/5/2013 | 2,55 (pré) | Semestral | Semestral | 153.689 | Maio de 2030, 2031 e 2033 | |

Notas Explicativas

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2021, foi aprovada a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, no valor total de R\$800.000, sem garantias e prazo de 5 anos, sendo 75% pago no final do 4º ano e 25% ao final do 5º ano. Taxa fixa em dólar de USD + 1.78% a.a. equivalente a até CDI + 1,48% a.a., devido a operação de swap contratado. Vide nota explicativa nº 32.1.

A controlada direta AES Tietê contratou operações de swap de câmbio para se proteger da exposição à variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira, vide outras informações nota 32.1.

17.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

| | Consolidado | |
|--------------------------|------------------|---------------|
| | 30.06.2021 | |
| | R\$ | % |
| Moeda nacional | | |
| CDI | 2.157.820 | 36,81 |
| IPCA | 1.870.593 | 31,91 |
| TJLP | 414.607 | 7,07 |
| Pré-fixado | 158.932 | 2,71 |
| Moeda estrangeira | | |
| Dólar | 1.259.982 | 21,50 |
| Total | 5.861.934 | 100,00 |

17.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

| | Consolidado | | | | |
|----------------|------------------|------------------------------|-------------------|---------------------|------------------|
| | Debêntures | Empréstimos e financiamentos | Moeda estrangeira | Custos de transação | Total |
| 2022 | 136.136 | 29.026 | — | (4.326) | 160.836 |
| 2023 | 716.070 | 58.576 | — | (10.405) | 764.241 |
| 2024 | 231.125 | 59.591 | 269.225 | (9.972) | 549.969 |
| 2025 | 39.366 | 60.912 | 807.676 | (10.447) | 897.507 |
| 2026 | 712.556 | 62.236 | 179.484 | (10.187) | 944.089 |
| 2017 em diante | 1.707.390 | 242.762 | — | (22.916) | 1.927.236 |
| | 3.542.643 | 513.103 | 1.256.385 | (68.253) | 5.243.878 |

17.6 Indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos:

| | 30.06.2021 |
|--|------------|
| CDI (índice do último dia útil do período) | 4,15% |
| TJLP (índice do último dia útil do período) | 4,61% |
| IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses) | 8,35% |
| Dólar (taxa do último dia útil do período) | 5,00 |

Notas Explicativas

17.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas acompanham seus *covenants* qualitativos, conforme definidos, nos mesmos contratos.

Em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seus índices financeiros, os quais foram atendidos.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (284 contratos) e aluguéis de sedes administrativas (2 contratos), com vigência até 2051. A controlada direta AES Tietê Energia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

| | Notas | Consolidado |
|---|-------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | | — |
| Efeito da incorporação reversa da AES Tietê Energia | 1 | 86.359 |
| Ingressos | | 2.521 |
| Efeito da aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru | | 15.970 |
| Encargos financeiros | | 2.038 |
| Pagamento de encargos financeiros | | (1.913) |
| Pagamento de principal | | (101) |
| Venda de ativos de geração distribuída | 11 | 7 |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | | 104.881 |

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

| | Notas | Consolidado |
|-----------------------|-------|----------------|
| CIRCULANTE | | |
| 2021 | | 361 |
| 2022 | | 1.973 |
| Subtotal | 23 | 2.334 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| 2022 | | 1.556 |
| 2023 | | 3.404 |
| 2024 | | 3.696 |
| 2025 | | 3.696 |
| 2026 | | 3.696 |
| 2027 em diante | | 86.499 |
| Subtotal | | 102.547 |
| Total | | 104.881 |

19 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Notas Explicativas

A controlada direta AES Tietê patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada direta AES Tietê.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 8,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

A controlada direta AES Tietê possui Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), previsto em seu acordo coletivo. O aderente ao PIA receberá os seguintes benefícios: (i) indenização variável equivalente a 0,3 do último salário base por ano de trabalho prestado à controlada direta AES Tietê, limitado a 10 salários (ii) 12 meses de auxílio alimentação (VA/VR); (iii) 18 meses de assistência médica hospitalar e odontológica aos empregados e seus dependentes diretos e (iv) multa de 40% do FGTS.

Abaixo, seguem as principais movimentações dos planos:

Passivo atuarial

| | Consolidado |
|--|----------------|
| | 30.06.2021 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 613.697 |
| Valor justo dos ativos do plano | (488.968) |
| Subtotal passivo (ativo) registrado com previdência privada | 124.729 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 11.935 |
| Subtotal passivo (ativo) registrado com programa de incentivo à aposentadoria | 11.935 |
| Total das obrigações com benefícios pós-emprego | 136.664 |

Movimentação do passivo atuarial

| | Consolidado |
|---|----------------|
| | 30.06.2021 |
| Saldo no início do período | 131.413 |
| Despesa do período da obrigação com previdência privada | 2.252 |
| Despesa do período da obrigação com PIA | 375 |
| Efeito da incorporação reversa da AES Tietê Energia | 2.624 |
| Saldo no final do período | 136.664 |

Despesas reconhecidas no resultado do período

Notas Explicativas

| | Consolidado | |
|---|----------------------------|----------------------------|
| | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 |
| Custo dos serviços correntes | – | – |
| Custo dos juros | 11.097 | 11.097 |
| Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano | (8.845) | (8.845) |
| Subtotal das despesas benefício definido | 2.252 | 2.252 |
| Contribuição definida | 750 | 750 |
| Total da despesa com entidade de previdência privada | 3.002 | 3.002 |
| | | |
| Custo dos serviços correntes | 194 | 194 |
| Custo dos juros | 181 | 181 |
| Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria | 375 | 375 |
| | | |
| Total das despesas com benefícios pós-emprego | 3.377 | 3.377 |

Notas Explicativas

20. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

| | Consolidado | |
|---|--|--------------------------------|
| | Passivo | Ativo |
| | Provisão para processos judiciais e outros | Cauções e depósitos vinculados |
| | 30.06.2021 | 30.06.2021 |
| Trabalhista (a) | 2.972 | 117 |
| Meio ambiente (b) | 2.599 | – |
| Regulatório (c) | 54.500 | – |
| Fiscal (d) | | |
| Compensações IRPJ e CSLL (d.1) | 6.079 | – |
| PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2) | 16.301 | 16.377 |
| Cível (e) | 4.796 | – |
| Total | 87.247 | 16.494 |
| Circulante | 5.526 | |
| Não Circulante | 81.721 | |
| Total | 87.247 | |

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$ 16.377 em 30 de junho de de 2021, de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

| | Consolidado | | | |
|--------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------|
| | 30.06.2021 | | | |
| | Processos prováveis | Processos possíveis | Processos remotos | Total |
| Trabalhista | 117 | 139 | 1.057 | 1.313 |
| Fiscal | 16.377 | – | – | 16.377 |
| Cível | – | 41 | – | 41 |
| Imobiliárias | – | 3.469 | – | 3.469 |
| | 16.494 | 3.649 | 1.057 | 21.200 |

- (a) **Trabalhistas:** Existem 84 processos (89 em 31 de dezembro de 2020) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 17 processos. Em 30 de junho de 2021, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$2.972.

A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

Notas Explicativas

- (b) Meio ambiente: Existem 105 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada direta AES Tietê no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Tietê avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 96 demandas, já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada direta AES Tietê e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$ 2.599.

A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

- (c) Regulatório: Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Tietê como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Tietê teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Tietê restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Tietê apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Tietê, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de junho de 2021 corresponde a R\$54.500.

A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

- (d) Fiscal:

- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a controlada direta AES Tietê foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Tietê avaliaram que de um total de R\$134.021 envolvidos na discussão, R\$ 6.079 são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2022.
- (d.2) A controlada direta AES Tietê discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a controlada direta AES Tietê estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A controlada direta AES Tietê registrou provisão que, atualizada até 30 de junho de 2021, corresponde a R\$16.301 e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$16.377. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a controlada direta AES Tietê efetuou provisão para o referido valor.

Notas Explicativas

Em relação ao mérito, em Dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta AES Tietê está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Tietê e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

| | Consolidado |
|-------------------|-----------------|
| | 30.06.2021 |
| Meio ambiente (a) | Não determinado |
| Cível (b) | 138.887 |
| Regulatório (c) | 54.369 |
| Fiscal (d) | 695.387 |
| Total | 888.643 |

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas de sua controlada direta AES Tietê, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Tietê, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Tietê se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a controlada direta AES Tietê apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Tietê informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Tietê foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Tietê apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Tietê avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a controlada direta AES Tietê apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e

Notas Explicativas

- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/ impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a controlada direta AES Tietê possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Tietê, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Tietê: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Tietê recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Tietê e, conseqüentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

- (b) Cível:

- (b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a controlada direta AES Tietê assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a controlada direta AES Tietê tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a controlada direta AES Tietê sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos.

- (b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Tietê, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a controlada direta AES Tietê, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a controlada direta AES Tietê apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Tietê terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$10.474, atualizado até 30 de junho de 2021.

- (b.3) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A". Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de

Notas Explicativas

honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento a apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração. Em 10 de junho de 2021 foi proferida a decisão que rejeitou os quais encontram embargos de declaração opostos pelo MGT. Em face dessa decisão foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Tietê terá que desembolsar o valor estimado de R\$8.645, atualizado até 30 de junho de 2021.

- (b.4) Em outubro de 2019, teve início a arbitragem movida pelos fornecedores de painéis fotovoltaicos da construção do Complexo Solar Guaimbê em face da Cobra do Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra do Brasil") e as SPEs do Complexo Solar Guaimbê. Em maio de 2017, as partes assinaram contrato de fornecimento de painéis fotovoltaicos às SPEs. Em razão do descumprimento de condições do contrato de fornecimento, as SPEs retiveram 10% do valor total do contrato, no valor de R\$28.497 e, em outubro de 2018, a Cobra do Brasil executou a garantia de performance no total de R\$28.497, em face das Guaimbês. Pela arbitragem, os fornecedores objetivam a cobrança de R\$54.090, sendo (i) R\$26.033 referente às multas aplicadas pelas SPEs pelas entregas atrasadas e (ii) R\$26.033 referente ao ressarcimento da garantia de performance de US\$5.204. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da Cobra do Brasil, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.
- (b.5) Processo Aneel: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 67.700, atualizado até 30 de junho de 2021, em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda. Prognóstico de perda: Possível.
- (c) Regulatório:
- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da controlada direta AES Tietê de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a controlada direta AES Tietê não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada direta AES Tietê recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela controlada direta AES Tietê. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a controlada direta AES Tietê aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em Maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a controlada direta AES Tietê Energia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020, foi

Notas Explicativas

realizada a reversão total da provisão no valor de R\$54.368 (valor maio de 2020), sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial. O processo continua em andamento. Em que pese não existir mais provisão relativa ao caso em questão, em 30 de junho de 2021, o montante em discussão totaliza a importância de R\$54.369.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$127.948 de um total de R\$134.021. Em 19 de abril de 2017, a controlada direta AES Tietê foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até de junho de 2021 em R\$51.017. Em 27 de abril de 2017, a controlada direta AES Tietê interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2022. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela controlada direta AES Tietê perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2022.

(d.2) Auto de infração - ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$161.808 atualizado até 30 de junho de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada direta AES Tietê. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Tietê recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Tietê opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Tietê recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Tietê ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Tietê opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Tietê em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a controlada direta AES Tietê opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Tietê. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

Notas Explicativas

- (d.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada direta AES Tietê, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à controlada direta AES Tietê. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de junho de 2021 é de R\$9.667.
- (d.4) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a controlada direta AES Tietê, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a controlada direta AES Tietê interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da controlada direta AES Tietê. Em face desta decisão, a controlada direta AES Tietê interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da controlada direta AES Tietê, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a controlada direta AES Tietê apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2021 é de R\$20.479.
- (d.5) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$328.653 atualizado até 30 de junho de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Tietê (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a controlada direta AES Tietê verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 328.653, R\$ 94.789 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$233.864 atribuíveis à controlada direta AES Tietê. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Tietê notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Tietê, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Tietê interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Tietê, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da controlada direta AES Tietê, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.6) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de

Notas Explicativas

R\$106.119 atualizado até 30 de junho de 2021 (R\$105.180 em 31 de dezembro de 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Tietê, ocorrida entre 2013 a 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Tietê, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. Em face desta decisão, a controlada direta AES Tietê interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.

- (d.7) Execução Fiscal - PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 à 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Tietê discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Tietê e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Tietê opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2021 é de R\$8.939.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de junho de 2021, controlada direta AES Tietê e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

| Consolidado | Quantidade | Valor | Taxa a.a. |
|-------------|------------|----------------|--------------|
| Fiscal | 9 | 193.342 | 0,34 a 1,00% |
| Cível | 2 | 65.561 | 1,00% |
| | 11 | 258.903 | |

21. ENCARGOS SETORIAIS

| | Consolidado |
|---|---------------|
| | 30.06.2021 |
| CIRCULANTE | |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) | 4.848 |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | 5.617 |
| Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico | 563 |
| Ministério de minas e energia | 281 |
| Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) | 169 |
| Taxa de fiscalização ANEEL | 1.319 |
| Subtotal | 12.797 |
| NÃO CIRCULANTE | |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | 8.429 |
| Subtotal | 8.429 |
| Total | 21.226 |

Notas Explicativas

22. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

| CIRCULANTE | Notas | Consolidado |
|--------------------------------|-------|----------------|
| | | 30.06.2021 |
| Complexo Eólico Tucano | | 10.040 |
| Complexo Eólico Cajuína | 1.1 | 29.715 |
| Subtotal | | 39.755 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| | | Consolidado |
| | | 30.06.2021 |
| Complexo Eólico Tucano | | 1.057 |
| Complexo Eólico Ventus | | 11.381 |
| Complexo Eólico Cajuína | 1.1 | 62.247 |
| Complexo Eólico Alto Sertão II | | 13.435 |
| Subtotal | | 88.120 |
| Total | | 127.875 |

23. RESSARCIMENTO PASSIVO E OUTRAS OBRIGAÇÕES

| CIRCULANTE | Notas | Controladora | Consolidado |
|---|----------|--------------|----------------|
| | | 30.06.2021 | 30.06.2021 |
| Participação nos lucros e resultados | | — | 8.882 |
| Férias | | — | 9.610 |
| Encargos sociais sobre férias e gratificações | | — | 4.298 |
| Meio ambiente | | — | 2.327 |
| Obrigações especiais | | — | 406 |
| Bônus | | — | 881 |
| Passivo de arrendamento | | — | 2.334 |
| Demais obrigações | | 260 | 12.961 |
| Subtotal | | 260 | 41.699 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| | | Controladora | Consolidado |
| | | 30.06.2021 | 30.06.2021 |
| Provisões para desmobilização | 1.2 e 12 | — | 106.589 |
| Meio ambiente | | — | 10.176 |
| Obrigações especiais | | — | 1.584 |
| Demais obrigações | | — | 5.607 |
| Subtotal | | — | 123.956 |
| Total | | 260 | 165.655 |

Notas Explicativas

Ressarcimento passivo

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos, sendo ambos têm como contrapartida a rubrica de "Receita operacional". Em 30 de junho de 2021, o passivo de ressarcimento no circulante e não circulante representam R\$155.181 e R\$70.695, respectivamente.

Notas Explicativas

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

| | 30.06.2021 | | 31.12.2020 | |
|---------------------------------------|--------------------|---------------|------------|---------------|
| | Ordinárias | | Ordinárias | |
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Acionistas | | | | |
| AES Holdings Brasil S.A. | 97.190.818 | 24,35 | — | — |
| AES Holdings Brasil II S.A. | 85.097.408 | 21,32 | — | — |
| AES Tietê Energia S.A. | — | — | 500 | 100,00 |
| BNDESPar | 39.554.586 | 9,91 | — | — |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | 30.165.523 | 7,56 | — | — |
| Outros | 147.098.182 | 36,86 | — | — |
| Ações ordinárias em circulação | 399.106.517 | 100,00 | 500 | 100,00 |
| Ações em tesouraria | 3 | — | — | — |
| Total das ações | 399.106.520 | 100,00 | 500 | 100,00 |

24.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

| | Notas | Controladora |
|---|-------|------------------|
| | | 30.06.2021 |
| Reservas de capital: | | |
| Incorporação de ações da AES Tietê | | 377.602 |
| Ações e opções de ações outorgadas | | 125 |
| Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A. | 1.3 | (38.376) |
| Subtotal | | 339.351 |
| Outros resultados abrangentes: | | |
| Incorporação de ações da AES Tietê | | (119.824) |
| Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos | | (28.307) |
| Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas | | 7.165 |
| Subtotal | | (140.966) |
| Reservas de lucro: | | |
| Reserva de investimentos | | 547.218 |
| Subtotal | | 547.218 |
| Total | | 745.603 |

Em 29 de março de 2021, foi finalizado o processo de incorporação das ações da AES Tietê, detalhado na nota explicativa nº 2.

24.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Notas Explicativas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, com base em reserva de lucros no montante de R\$67.993, sendo R\$0,17036252099 por ação ordinária da Companhia. O pagamento foi realizado em 28 de maio de 2021.

25. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação em 30 de junho de de 2021 .

| | Controladora |
|---|--------------|
| | 30.06.2021 |
| Numerador: | |
| Resultado líquido do período | 23.197 |
| Denominador (em milhares de ações): | |
| Média ponderada do número de ações ordinárias | 206.205 |
| Denominador ajustado | |
| Denominador para lucro básico e diluído por ação | 206.205 |
| Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado | 206.205 |
| Resultado básico por ação (R\$ por ação) | |
| Resultado básico e diluído por ação ordinária | 0,11249 |

A Companhia não possui efeito diluidor do resultado por ação.

Notas Explicativas**26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

| | Consolidado | |
|----------------------------------|-------------------------|----------------|
| | 01.04.2021 a 30.06.2021 | |
| | MWh | R\$ |
| Contratos bilaterais | 3.248.669 | 454.525 |
| Mercado de curto prazo | – | – |
| MRE | – | – |
| SPOT | 18.389 | 2.083 |
| Outros | – | 14.574 |
| Contratos de energia eólicos | 515.346 | 113.468 |
| Contratos de energia solares | 166.066 | 40.396 |
| Outras receitas | – | 8.376 |
| Receita operacional bruta | 3.948.469 | 633.422 |
| PIS e Cofins | – | (50.618) |
| CFURH | – | (6.537) |
| ICMS | – | (10.721) |
| Pesquisa e desenvolvimento | – | (4.121) |
| ISS | – | (4) |
| Receita líquida | 3.948.469 | 561.421 |

Notas Explicativas

27. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

| | Consolidado | |
|---|-------------------------|------------------|
| | 01.04.2021 a 30.06.2021 | |
| | MWh | R\$ |
| Custo de produção e operação de energia | | |
| Contratos bilaterais | 587.721 | (106.736) |
| Mercado de curto prazo | | |
| MRE | 626.367 | (8.927) |
| SPOT | 235.150 | (40.489) |
| Outros | — | (1.024) |
| Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica | — | (60.111) |
| Taxa de fiscalização ANEEL | — | (3.023) |
| Crédito de PIS e Cofins | — | 12.054 |
| Subtotal | 861.517 | (208.256) |
| Custo da operação | | |
| Pessoal e administradores | — | (19.844) |
| Benefícios pós-emprego | — | (768) |
| Serviços de terceiros | — | (28.361) |
| Material | — | (7.805) |
| Depreciação e amortização | — | (103.089) |
| Seguros | — | (5.973) |
| Arrendamentos e aluguéis | — | (1.492) |
| Contribuições setoriais | — | (1.268) |
| Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível | — | (36) |
| Multas contratuais | — | (327) |
| Outros custos operacionais | — | (1.219) |
| Subtotal | — | (170.182) |
| Total | 861.517 | (378.438) |

28. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 |
| Pessoal e administradores | — | — | (19.983) | (19.983) |
| Benefícios pós-emprego | — | — | (176) | (176) |
| Serviços de terceiros | (877) | (996) | (3.950) | (3.950) |
| Material | — | — | (14.992) | (14.992) |
| Depreciação e amortização | — | — | (16.240) | (16.240) |
| Total | (877) | (996) | (55.341) | (55.341) |

Notas Explicativas**29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 |
| Ganho na venda de controlada | 11 | — | — | 9.644 | 9.644 |
| Provisão para processos judiciais e outros, líquida | | — | — | (624) | (624) |
| Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível | | — | — | (240) | (240) |
| Outros | | (84) | 35 | (66) | (66) |
| Total | | (84) | 35 | 8.714 | 8.714 |

Notas Explicativas

30. RESULTADO FINANCEIRO

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.04.2021 a 30.06.2021 |
| Receitas Financeiras | | | | | |
| Renda de aplicações financeiras | | 5 | 5 | 9.140 | 9.140 |
| Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo | | – | – | 2.904 | 2.904 |
| Atualização de créditos tributários | | – | – | 19 | 19 |
| Renda de cauções e depósitos judiciais | | – | – | 757 | 757 |
| PIS e COFINS sobre receita financeira | | – | – | (352) | (352) |
| Outras | | – | – | 28 | 28 |
| Variações Cambiais: | | | | | |
| Outras receitas cambiais | | – | – | 1.981 | 1.981 |
| Total | | 5 | 5 | 14.477 | 14.477 |
| Despesas Financeiras | | | | | |
| Encargos de dívidas | 17 | – | – | (65.421) | (65.421) |
| Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos | 17 | – | – | (34.306) | (34.306) |
| Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos | 19 | – | – | (2.431) | (2.431) |
| Atualização monetária de obrigações por aquisições | | – | – | (3.967) | (3.967) |
| Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/ intangível em curso (i) | | – | – | 7.688 | 7.688 |
| Juros sobre passivos de arrendamento | | – | – | (2.038) | (2.038) |
| Atualização monetária de processos judiciais e outros | | – | – | (4.704) | (4.704) |
| Imposto sobre Imposto sobre operações financeiras - IOF (ii) | | – | – | (17.734) | (17.734) |
| Outras | | (2) | (2) | (3.350) | (3.350) |
| Variações Cambiais: | | | | | |
| Marcação a mercado de derivativos | | – | – | (4.000) | (4.000) |
| Fornecedores | | – | – | (1.014) | (1.014) |
| Outros | | – | – | (9) | (9) |
| Total | | (2) | (2) | (131.286) | (131.286) |
| Total Líquido | | 3 | 3 | (116.809) | (116.809) |

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,7% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2021, sobre os ativos qualificáveis.

(ii) Em função da não incorporação do AFAC existente entre a controlada direta AES Tietê Energia e a controlada indireta Nova Energia, a controlada direta AES Tietê Energia efetuou o recolhimento do IOF sobre contrato de mútuo, no montante de R\$17.734.

Notas Explicativas

31. PARTES RELACIONADAS

| | Notas | Consolidado | |
|---|-------|-------------|----------------|
| | | 30.06.2021 | |
| Outros ativos (i) | 10 | | |
| Contas a receber - Tucano F6 | | | 589 |
| Contas a receber - Tucano F7 | | | 661 |
| Contas a receber - Tucano F8 | | | 589 |
| Contas a receber - Tucano Holdings III S.A. | | | 16 |
| Subtotal não circulante | | | 1.855 |
| Total do ativo | | | 1.855 |
| Passivo | | | |
| Fornecedores AES Corp. (iii) | 15 | | 12.482 |
| Total | | | 12.482 |
| Obrigações com benefícios pós-emprego (ii) | 19 | | 124.729 |
| Total do passivo | | | 137.211 |

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Tietê Energia celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III, *joint venture* do grupo, onde a AES Tietê Energia será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) A controlada direta AES Tietê é parte integrante do Conselho Deliberativo da Vivest, possuindo influência significativa na administração do mesmo.
- (iii) Prestação de serviços e soluções relacionados à implementação da estratégia digital (Digital Transformation) da AES Brasil, pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp.

| | Notas | Consolidado | |
|--|-------|----------------------------|----------------------------|
| | | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 |
| Resultado | | | |
| VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (i) | 19 | (2.252) | (2.252) |
| Total do resultado | | (2.252) | (2.252) |

- (i) A controlada direta AES Tietê é parte integrante do Conselho Deliberativo da Vivest, possuindo influência significativa na administração do mesmo.

31.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no período findo em 30 de junho de 2021 é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

| | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | 01.04.2021 a 30.06.2021 | 01.01.2021 a 30.06.2021 |
| Benefícios de curto prazo | 2.407 | 2.407 |
| Benefícios pós-emprego | 28 | 28 |
| Outros benefícios de longo prazo | 43 | 43 |
| Remuneração baseada em ações (i) | 37 | 37 |
| Total | 2.515 | 2.515 |

(i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp outorgadas à alta administração.

32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

32.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

| | Notas | Mensuração do valor justo | Consolidado | | Categoria |
|--|-------|---------------------------|------------------|------------------|--|
| | | | Valor contábil | Valor justo | |
| 30.06.2021 | | | | | |
| ATIVO (Circulante e não circulante) | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível) | 5 | | 17.969 | 17.969 | Custo amortizado |
| Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada) | 5 | Nível 2 | 88.833 | 88.833 | Valor justo por meio do resultado |
| Investimentos de curto prazo | 5 | Nível 2 | 946.688 | 946.688 | Valor justo por meio do resultado |
| Contas a receber de clientes | 6 | | 242.172 | 242.172 | Custo amortizado |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | | 230.567 | 230.567 | Custo amortizado |
| Total | | | 1.526.229 | 1.526.229 | |
| PASSIVO (Circulante e não circulante) | | | | | |
| Fornecedores | 15 | | 196.047 | 196.047 | Custo amortizado |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 17 | | 4.521.010 | 4.536.518 | Custo amortizado |
| Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira) | 17 | Nível 2 | 1.259.982 | 1.259.982 | Valor justo por meio do resultado |
| Passivo de arrendamento | 18 | | 104.881 | 104.881 | Custo amortizado |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32.1 | Nível 2 | 207.804 | 207.804 | Designado para hedge de fluxo de caixa |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | | 900 | 900 | Custo amortizado |
| Total | | | 6.290.624 | 6.306.132 | |

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3

Instrumentos derivativos

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *SWAPs*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI; e (ii) a contratação de proteção cambial referente a compra de aerogeradores em moeda estrangeira (nota explicativa nº 1.1), por meio de *NDFs*. Estas se qualificam como *hedge accounting* e estão classificadas como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2021 são os seguintes:

| Data do Contrato | Tipo | Indexador Ativo | Indexador Passivo | Instrumento Proteção | Valor Nominal (USD) | Valor MTM (R\$) |
|------------------|-----------------|-----------------|-------------------|----------------------|---------------------|-----------------|
| 29/12/2020 | Cash Flow Hedge | Dólar | CDI | SWAP (i) | 116.122 | (33.571) |
| 31/3/2021 | Cash Flow Hedge | Dólar | CDI | SWAP (i) | 138.169 | (137.705) |
| 2/2/2021 | Cash Flow Hedge | Euro | Euro | NDF (ii) | 5.265 | (2.816) |
| 2/2/2021 | Cash Flow Hedge | Dólar | Dólar | NDF (ii) | 5.197 | (1.658) |
| 19/3/2021 | Cash Flow Hedge | Euro | Euro | NDF (ii) | 5.010 | (3.488) |
| 19/3/2021 | Cash Flow Hedge | Dólar | Dólar | NDF (ii) | 3.448 | (1.854) |
| 29/3/2021 | Cash Flow Hedge | Euro | Euro | NDF (ii) | 285 | (281) |
| 29/3/2021 | Cash Flow Hedge | Dólar | Dólar | NDF (ii) | 1.468 | (1.229) |
| 6/4/2021 | Cash Flow Hedge | Euro | Euro | NDF (ii) | 9.213 | (7.402) |
| 7/4/2021 | Cash Flow Hedge | Dólar | Dólar | NDF (ii) | 4.824 | (2.890) |
| 8/4/2021 | Cash Flow Hedge | Euro | Euro | NDF (ii) | 4.941 | (3.713) |
| 8/4/2021 | Cash Flow Hedge | Dólar | Dólar | NDF (ii) | 5.154 | (3.127) |
| 22/4/2021 | Cash Flow Hedge | Euro | Euro | NDF (ii) | 4.477 | (3.125) |

(i) A controlada direta AES Tietê, contratou operações de derivativo de swap de câmbio, no valor nominal de U\$S 116.122 e U\$S 138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido a emissão dos empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 17.1), captados nestas mesmas datas. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. Já segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) Durante o primeiro trimestre de 2021 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar e em euro do contrato de fornecimento de turbina eólica assinado com a Nordex, a controlada indireta Tucano Holding I contratou operações de derivativos denominada de *NDF* nos valores nominal de U\$S 20.091 e EUR 29.190.

Os contratos de *NDF* em aberto em 30 de junho de de 2021 por faixa de vencimentos são os seguintes:

Notas Explicativas

| Data de Vencimento | Montante em EUR | Montante em USD |
|--------------------|-----------------|-----------------|
| ago. 2021 | 8.870 | – |
| jan. 2022 | 1.179 | – |
| mar. 2022 | 808 | – |
| abr. 2022 | 4.637 | – |
| mai. 2022 | 3.232 | – |
| jun. 2022 | 1.194 | – |
| jul. 2022 | 2.326 | 7.602 |
| ago. 2022 | 1.984 | 6.516 |
| set. 2022 | 2.480 | 1.629 |
| out. 2022 | 992 | 1.086 |
| nov. 2022 | 1.488 | 3.258 |
| Total | 29.190 | 20.091 |

Em 30 de junho de de 2021, baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente (descontados a taxas de mercado apresentadas pela Bloomberg), a Companhia elaborou uma estimativa de valor de mercado das operações de *swap* e *NDF*.

Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquidos são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração do resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Adicionalmente os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva das *NDFs* que protegem o ativo imobilizado da Companhia são reconhecidas no resultado ao mesmo tempo em que o item protegido afeta a despesas de depreciação.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

32.2 Gerenciamento de riscos

Notas Explicativas

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de junho de de 2021 é a seguinte:

| | Controladora | Consolidado |
|--------------------------------|--------------|------------------|
| | 30.06.2021 | 30.06.2021 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.402 | 106.802 |
| Investimentos de curto prazo | — | 946.688 |
| Contas a receber de clientes | — | 242.172 |
| Cauções e depósitos vinculados | — | 230.567 |
| Total da exposição | 2.402 | 1.526.229 |

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

| | Notas | Consolidado |
|--|-------|------------------|
| | | 30.06.2021 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 17 | 5.780.992 |
| Garantias de financiamento | 9 | (208.579) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | (106.802) |
| Investimentos de curto prazo | 5 | (946.688) |
| Dívida líquida | | 4.518.923 |
| Patrimônio líquido | | 2.617.254 |
| Índice de alavancagem financeira | | 172,66% |

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de junho de de 2021, 9,29% era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,0 anos.

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 17.6.

Notas Explicativas

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 17. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

| Posição em 30 de junho de 2021 | Menos de 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 2 anos | De 2 a 5 anos | Mais que 5 anos |
|--|------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores | 196.047 | – | – | – | – |
| Debêntures | 65.814 | 588.319 | 984.268 | 823.839 | 3.257.107 |
| Empréstimos e Financiamentos | 27.552 | 82.388 | 107.270 | 923.263 | 847.084 |
| Passivo de arrendamento | 361 | 1.973 | 3.112 | 11.089 | 88.346 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | – | 841 | – | – | – |
| Total | 289.774 | 673.521 | 1.094.650 | 1.758.191 | 4.192.537 |

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de junho de de 2021.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A controlada direta AES Tietê e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de junho de de 2021, as aplicações financeiras da controlada direta AES Tietê e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de junho de de 2021 é:

| | Notas | 30.06.2021 |
|--|-------|--------------------|
| Equivalentes de caixa | 5 | 88.833 |
| Investimentos de curto prazo | 5 | 946.688 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 17 | (5.703.002) |
| Total da exposição líquida | | (4.667.481) |

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a controlada direta AES Tietê e suas controladas estão expostas na data base de 30 de junho de de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

| | | | Projeção Receitas Financeiras - 01 ano | | | | |
|--|-------|-----------------------|--|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| Aplicações financeiras | Risco | Posição em 30.06.2021 | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário Provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
| CDI | | | 3,11% | 4,66% | 6,21% | 7,76% | 9,32% |
| Equivalentes de caixa (i) | CDI | 88.833 | 2.689 | 4.030 | 5.370 | 6.711 | 8.060 |
| Investimentos de curto prazo | CDI | 946.688 | 29.442 | 44.116 | 58.789 | 73.463 | 88.231 |
| Impacto no resultado | | | 37.083 | 55.624 | 74.166 | 92.708 | 111.249 |
| | | | Projeção Despesas Financeiras - 01 ano | | | | |
| Dívidas | Risco | Posição em 30.06.2021 | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário Provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
| CDI | | | 3,11% | 4,66% | 6,21% | 7,76% | 9,32% |
| 7ª Emissão de Debêntures (2ª Série) | CDI | (761.341) | (33.883) | (45.837) | (57.791) | (69.746) | (81.777) |
| 9ª Emissão de Debêntures (1ª Série) | CDI | (1.396.479) | (57.830) | (79.691) | (101.553) | (123.415) | (145.418) |
| Scotiabank 4131 | CDI | (1.259.982) | (58.673) | (78.496) | (98.318) | (118.141) | (138.092) |
| Impacto no resultado | | | (150.386) | (204.024) | (257.662) | (311.302) | (365.287) |
| IPCA | | | 2,04% | 3,06% | 4,08% | 5,11% | 6,13% |
| 1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica | IPCA | (58.094) | (5.696) | (6.334) | (6.974) | (7.615) | (8.253) |
| 1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica | IPCA | (64.768) | (6.522) | (7.235) | (7.951) | (8.667) | (9.380) |
| 5ª Emissão de Debêntures | IPCA | (225.356) | (19.636) | (22.085) | (24.545) | (27.007) | (29.456) |
| 6ª Emissão de Debêntures (2ª Série) | IPCA | (384.497) | (34.444) | (38.632) | (42.839) | (47.049) | (51.237) |
| 8ª Emissão de Debêntures | IPCA | (214.339) | (17.539) | (19.857) | (22.185) | (24.515) | (26.833) |
| 9ª Emissão de Debêntures (2ª Série) | IPCA | (722.042) | (49.432) | (57.143) | (64.889) | (72.642) | (80.354) |
| 9ª Emissão de Debêntures (3ª Série) | IPCA | (201.497) | (13.795) | (15.947) | (18.108) | (20.272) | (22.424) |
| Impacto no resultado | | | (147.064) | (167.233) | (187.491) | (207.767) | (227.937) |
| TJLP | | | 3,34% | 5,02% | 6,69% | 8,36% | 10,03% |
| BNDES | TJLP | (414.607) | (23.531) | (30.654) | (37.728) | (44.815) | (51.895) |
| Impacto no resultado | | | (23.531) | (30.654) | (37.728) | (44.815) | (51.895) |
| Total da exposição líquida | | | (283.898) | (346.287) | (408.715) | (471.176) | (533.870) |

Notas Explicativas

- (i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Risco de moeda estrangeira

A controlada direta AES Tietê possui empréstimos em moeda estrangeira. Como objetivo de se proteger integralmente do resultado das variações cambiais a controlada direta AES Tietê executou derivativos de *swap*, a administração designou os instrumentos como *hedge* de fluxo de caixa. Adicionalmente, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em compromissos futuros, a controlada indireta Tucano Holding I contratou instrumentos financeiros derivativos (Non-Deliverable Forward (NDF). As taxas médias de câmbio consideradas para o dólar e euro, na data base de 30 de junho de 2021, foram obtidas na Bloomberg, no valor de USD5,82 e EUR6,79, respectivamente. A contratação destas operações não apresentam caráter especulativo e ambos os instrumentos possuem *hedge accounting*. Dessa forma, a Companhia não apresenta a análise de sensibilidade destas exposições, pois as flutuações da taxa de câmbio estão sendo reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes.

Para que uma relação de cobertura seja classificada como *hedge accounting*, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, foram executados testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada deve ser reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa consolidado foram as seguintes:

| | Consolidado |
|------------------------------|---------------|
| | 30.06.2021 |
| Compensações de PIS e COFINS | 43.443 |
| Compensações de IRPJ e CSLL | 26.757 |
| Total | 70.200 |

| | Consolidado |
|---|---------------|
| | 30.06.2021 |
| Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais | 54.298 |
| Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados) | 7.688 |
| Total de pagamento de juros | 61.986 |

34. COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2021, a controlada direta AES Tietê e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas informações contábeis:

Notas Explicativas

| Posição em 30 de junho de 2021 | Consolidado | | | | | | Total |
|--|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 em diante | |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) | 10.892 | 10.892 | 10.892 | 10.892 | 10.892 | 82.643 | 137.103 |
| Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD) | 177.397 | 177.397 | 177.397 | 177.397 | 177.397 | 960.586 | 1.847.571 |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) | 52.679 | 52.679 | 52.679 | 52.679 | 52.679 | 158.037 | 421.432 |
| Encargos de conexão | 4.445 | 4.445 | 4.445 | 4.445 | 4.445 | 165.373 | 187.598 |
| Modernização e manutenção de usinas | 555.170 | 119.206 | 40.302 | 55 | – | – | 714.733 |
| Fornecimento de turbinas eólicas (i) | 364.299 | 364.299 | 364.299 | – | – | – | 1.092.897 |
| Contratos de compra de energia | 370.945 | 136.885 | 28.105 | – | – | – | 535.935 |
| Total | 1.535.827 | 865.803 | 678.119 | 245.468 | 245.413 | 1.366.639 | 4.937.269 |

(i) No 1º trimestre de 2020, a controlada indireta Tucano Holding I assinou contrato de serviços de fornecimento de turbinas eólicas para construção do Complexo Eólico Cajuína.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Complexo Eólico Serra Verde

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 256MW médios pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPEs com 201MW em estágio avançado e 2 SPEs com 55MW médios, que estão em estágio intermediário de construção.

Complexo Eólico Cajuína

Em 30 de julho de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 14 SPEs, localizadas em Maracanaú no Ceará, que compõem a segunda fase projeto Cajuína, chamada São Ricardo, pelo valor total de R\$ 107.562.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Brasil Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado,

em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores

independentes que emitiram relatório datado em 23 de março de 2021 sem

modificação.

São Paulo, 03 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Daniel A da Silva Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O 2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 03 de agosto de 2021.

Diretores:

Alessandro Gregori Filho

Vice Presidente de Finanças e RI

Carlos Renato Xavier Pompermaier

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 03 de agosto de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier

Diretor Vice-Presidente